

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANA LÚCIA BEHENCK MOHR

JORNALISMO COMUNITÁRIO:
A PRÁTICA DA CIDADANIA NA RÁDIO IPANEMA COMUNITÁRIA

Porto Alegre

2011

ANA LÚCIA BEHENCK MOHR

JORNALISMO COMUNITÁRIO:
A PRÁTICA DA CIDADANIA NA RÁDIO IPANEMA COMUNITÁRIA

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Comunicação Social, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi

Co-orientador: Me. Joel Felipe Guindani

Porto Alegre

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos por serem meus portos seguros, e aí incluo aqueles que me deram a vida, Marta e Edson.

Aos movimentos sociais, que me ensinaram a ter a sensibilidade necessária à realização dessa pesquisa.

Aos participantes do programa “Repórter Comunitário” Alexssandro Magalhães, Bruno Pietroski, Norma Souza, Tereza Gindri e jornalistas Ana Barros e Doraci Engel, pelas conversas riquíssimas, e pela convivência agradável.

Ao Joel e à professora Ilza, orientadores queridos, por terem, em todos os momentos, assumido a posição de educadores, no sentido freireano da palavra.

À Universidade que, com todas suas contradições, me deu acesso ao pensamento contra-hegemônico que está presente neste trabalho.

Ao povo brasileiro, que, embora muitas vezes não o saiba, sofre, luta e sonha diariamente com um Brasil justo e igualitário.

“Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade nos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver
(...)”

“Coração Civil”, Milton Nascimento

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de caracterizar a prática do jornalismo nas rádios comunitárias e sua relação com a cidadania, explicitar suas diferenças em relação ao jornalismo de mercado, tendo como objeto empírico o programa “Repórter Comunitário”, da Rádio Ipanema Comunitária, localizada no bairro Ipanema, em Porto Alegre. A metodologia adotada é a pesquisa participante. Além da observação participante, a pesquisa tem como instrumento metodológico entrevistas. Conclui que os repórteres comunitários entrevistados ainda não atingiram o grau mais alto de participação, devido a múltiplos fatores, tais como limitações de tempo e rotinas produtivas e ao tipo de vínculo que possuem com a rádio.

Palavras-chave: Jornalismo Comunitário. Rádio Comunitária. Cidadania.

ABSTRACT

This work has as objective to characterize the practice of journalism in the community radios, and its relation with citizenship. Another objective is to expose the differences between community journalism and the commercial one. The empirical object is the “Repórter Comunitário”, a Ipanema Comunitária's radio's program's, placed on the Ipanema neighborhood, in Porto Alegre. The methodology employed is the participative research. Besides the participant observation, the research has as methodological procedure interviews. The conclusion indicates that the interviewee's community reporters didn't reach the higher degree of participation, because many factors, like time limitations and productive routines and the type of entail that they have with the radio.

Keywords: Community journalism. Community radio. Citizenship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 JORNALISMO E CIDADANIA	13
2.1 BREVE HISTÓRICO DO JORNALISMO OCIDENTAL.....	19
2.1.1 Brasil: um país de cultura oral e visual	22
2.2 O OUTRO JORNALISMO	26
2.2.1 “Civic Journalism	27
2.2.2 Jornalismo Cidadão.....	30
2.2.3 Jornalismo Comunitário.....	31
2.3 RADIOJORNALISMO.....	35
2.3.1 Radiojornalismo de mercado.....	36
2.3.2 O que é comunidade?	39
2.3.3 Rádios comunitárias e o jornalismo.....	43
3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	49
4 A RÁDIO IPANEMA COMUNITÁRIA	54
4.1 A HISTÓRIA	54
4.2 A RÁDIO HOJE	59
5 O JORNALISMO NA VOZ DA COMUNIDADE	63
5.1 “A COHAB NÃO É EXATAMENTE UMA FONTE DE NOTÍCIA	63
5.1.1 Envolvimento com a rádio	71
5.1.2 Concepções de rádio comunitária e comunidade.....	74
5.2 DONA TEREZINHA	76
5.2.1 Práticas da repórter comunitária	77
5.2.2 Concepções de rádio comunitária / comunidade.....	79
5.2.2 A praça Paradiso Biachi – comunidade e pertencimento.....	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84
ANEXO	88

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo passou por inúmeras transformações desde seu surgimento, apesar disso, sempre esteve em sua essência o caráter informativo, o qual se intensificou após a aceleração da produção e do consumo proporcionada pelas novas tecnologias digitais.

Mesmo durante a ditadura, havia uma resistência dentro das redações, motivada por antigos jornalistas que haviam tido uma vivência profissional antes da censura e, por isso, não se submetiam ao autoritarismo. É por isso também que muitos jornalistas dos grandes meios de comunicação participaram da criação de jornais alternativos.

Somente após a ditadura civil-militar - isto é, com o ingresso do neoliberalismo, que o jornalismo, de tão desvinculado da realidade que está, faz com que os jornalistas e acadêmicos cheguem a questionar a sua existência. Com a reestruturação produtiva operada pelo capitalismo na década de 70, a tecnologia passou a ser determinante. Também caiu o muro que separava as redações dos departamentos comerciais, a interferência dos anunciantes passou a ser ostensiva e ponto pacífico entre os jornalistas. Evidentemente há exceções, mas, de modo geral quem quer saber de jornalismo tem que ir procurar na imprensa alternativa.

No entanto, a imprensa alternativa não é nada expressiva. Os alternativos que sobreviveram à ditadura sofreram uma série de boicotes e vieram a definir pouco tempo depois.

Concomitantemente às experiências de jornais alternativos, diversas experiências de comunicação comunitária emergiram nas décadas de 70 e 80, juntamente com as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que constituíam um espaço de discussão do Evangelho e da realidade social. Os jornais, boletins, panfletos, etc. eram produzidos pelo povo e para o povo, isto é, por pessoas comuns, que geralmente não tinham formação em jornalismo. Foram as CEBs que deram origem a uma série de movimentos sociais que existem até hoje e também procuram produzir seus próprios meios de comunicar com o povo, a exemplo do MST, que, apenas no jornalismo produz os jornais “Sem Terra” e “Brasil de Fato”.

Com a redemocratização, na década de 80, surgiram novos veículos de comunicação, entre eles sobressaem-se as rádios comunitárias. Apesar das leis das rádios comunitárias datarem de 1998, e as experiências brasileiras nesse sentido acontecem desde a década de 1980. É vasto o aporte teórico existente sobre esse tema.

No entanto, permanece um enigma a questão do jornalismo nas rádios comunitárias, uma vez que esta é uma atividade que envolve periodicidade – geralmente diária - e necessita de mão-de-obra especializada (ao menos um jornalista que coordene e responda juridicamente pelo trabalho realizado). Para dificultar o trabalho das mesmas, a maioria das rádios comunitárias não têm condições financeiras para arcar com profissionais remunerados.

Assim, buscando compreender esta problemática, esse trabalho tem como objeto de estudo o jornalismo comunitário desde uma perspectiva da prática de jornalistas comunitários que produzem o programa “Repórter Comunitário”.

A este problema teórico e político da prática jornalística, aliam-se outras inquietações pessoais e empíricas. Quando estava nas portas do TCC, no final de 2010, me encontrava num vazio existencial no que tangia à academia por não ter feito parte de uma experiência de Extensão Universitária, que considerava fundamental. Neste mesmo ano, em junho, eu havia conhecido, por conta do ENECOM (Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social), uma rádio-poste em João Pessoa (PB), a Rádio Diversidade, com a qual fiquei impressionada. Na volta dessa viagem, fui obrigada a fazer uma autocrítica: “Conheço uma rádio comunitária do outro lado do Brasil, e não conheço nenhuma no estado em que moro há 24 anos, preciso corrigir isso!”.

Decidida a fazer o TCC sobre rádio comunitária (mesmo sem ter nenhuma clareza do objeto de pesquisa), procurei então a professora Ilza Girardi, que me aconselhou a falar com Rodrigo Jacobus, um especialista em rádio comunitária, que foi, juntamente à professora, um dos autores da “Cartilha como fazer radio comunitária com “C” maiúsculo”. Foi assim que cheguei à rádio Ipanema Comunitária.

Fiquei surpresa ao saber de uma experiência de comunicação e cidadania tão bonita e tão perto de mim. E fiquei ainda mais surpresa quando soube que aquela

rádio havia sido fruto de uma luta popular contra um grande empreendimento imobiliário que seria construído na orla do rio Guaíba.

Depois de uma conversa com o Doraci Engel, diretor da rádio, combinamos de marcar uma reunião com a professora Ilza Girardi, a fim de articularmos um projeto de extensão, que desse conta de suprir a carência “jornalística” da rádio, que funcionava muito bem em outros aspectos.

Em abril deste ano, juntamente com colegas da disciplina de Jornalismo Comunitário e sob a orientação da professora Ilza, iniciei um trabalho visando a criação de um programa de jornalismo na rádio. Esse trabalho envolvia, inicialmente, oficinas ministradas para moradores da área de abrangência da rádio, na qual discutimos temas concernentes ao jornalismo radiofônico – desde aspectos técnicos da construção do texto, a filosóficos, sobre o que seria esse tal jornalismo.

As oficinas duraram de abril a junho, quando iniciamos as tratativas para fazer o esperado do “programa de jornalismo”, que veiculasse sobretudo as notícias sobre a comunidade. Aí passamos a ter reuniões para decidirmos como seria o programa, qual sua duração, nome, rotinas de produção, etc. O primeiro programa foi ao ar em 31 de agosto de 2011. Iniciava então a história do “Repórter Comunitário”, “o programa de jornalismo da Ipanema Comunitária”, como diz a chamada.

Tendo por base a experiência recente do programa, e munida do aporte teórico de Raquel Paiva (2007), Cicília Peruzzo (1998), Elaine Tavares (2004) e outros autores pertinentes ao nosso objeto de estudo, pretendemos fazer um estudo que apresente a problemática e as especificidades do jornalismo comunitário na formação de cidadãos.

Os objetivos gerais dessa pesquisa são: diferenciar o jornalismo comunitário do jornalismo praticado pelas grandes empresas de comunicação comercial, investigar os limites e possibilidades do jornalismo comunitário, avaliar se o programa “Repórter Comunitário” se constituiu um espaço de formação de cidadãos para os seus participantes.

Nossos objetivos específicos são: contar a história da Rádio Ipanema Comunitária bem como a do programa “Repórter Comunitário”, sistematizando minimamente a experiência do projeto de Extensão Jornalismo Comunidade, traçar um perfil dos Repórteres Comunitários e identificar as diferenças teóricas e práticas entre o jornalismo comercial e jornalismo comunitários dos repórteres cidadãos.

O procedimento metodológico que empregaremos é a pesquisa participante, uma vez que, como Beltrán (1981) entendemos a comunicação como processo, portanto, para compreendê-la é necessário envolver-se com a comunidade e com a prática investigada. Além da participação no programa, usaremos como instrumento metodológico entrevistas com repórteres comunitários e com o diretor da rádio.

Assim, no primeiro capítulo abordamos o jornalismo e sua relação com a cidadania e fazemos uma breve contextualização histórica do surgimento do jornalismo até o surgimento do jornalismo comunitário e abordamos alguns conceitos caros ao jornalismo comunitário, além de identificarmos as especificidades e diferenças do jornalismo de mercado em relação ao comunitário. No segundo capítulo, abordamos a metodologia utilizada. O terceiro capítulo inclui a análise empírica da Rádio Ipanema Comunitária e o surgimento do jornalismo dentro da rádio (materializado no programa “Repórter Comunitário”). No quarto abordamos a história da rádio e o contexto em que o “Repórter Comunitário” é criado. No quinto, fazemos um breve relato do perfil dos entrevistados e práticas de dois Repórteres Comunitários (Alexssandro Magalhães e Tereza Gindri), buscando relacioná-los ao que foi abordado na fundamentação teórica. Ao final, tecemos considerações acerca do percurso realizado e dos objetivos de pesquisa.

2 JORNALISMO E CIDADANIA

O que jornalismo tem a ver com cidadania? Chega a soar esquizofrênico juntar essa duas palavras. Jornalismo para os grandes meios de comunicação é morte, assalto, acidentes de trânsito, mensalões, hospitais lotados, greves de trabalhadores que causam transtornos para toda a sociedade – para os trabalhadores! manifestações que atrapalham o trânsito desses mesmos trabalhadores. O termo cidadania, proferido pelos conteúdos jornalísticos, na maioria das vezes é uma palavra que soa vaga. Se tivesse uma cor, seria amarela, nem boa, nem ruim. Alguns comentaristas dos meios de comunicação a utilizam quando conclamam a moral e os bons costumes, mas, tal como a moral e os bons costumes, a cidadania pode ser qualquer coisa para o cidadão ouvinte/telespectador/leitor. Qualquer coisa bem diferente da definição precisa de Demo, citado por Peruzzo.

[...] é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. Trata-se de uma das conquistas mais importantes na história. Do lado dos direitos, repontam os ditos direitos humanos [...], cuja conquista demorou milênios. [...] No lado dos deveres, aparece sobretudo o compromisso comunitário de cooperação e co-responsabilidade. Cidadania pressupõe o estado de direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres. (DEMO Apud PERUZZO, 1998, p. 279)

É comum os meios de comunicação brasileiros acabam reduzindo a cidadania à mera prestação de serviço, como atesta Fernandes (2008):

Note-se o caso do jornal Correio Braziliense, uma estrela da imprensa nacional. Ali, a noção de *cidadania* que se adota tem relação com a veiculação de material, a qualquer dia da semana, do mês ou do ano, acerca da falta de água em alguma localidade em torno do Distrito Federal; com os mitos e as verdades sobre o consumo de chocolate; com as dicas para matricular filhos em escolas públicas; e, no efeito de sentido mais tradicional possível na imprensa verde amarela, com informações sobre o modo de emitir a segunda via de documentos pessoais. (FERNANDES, 2008, p. 6-7)

O autor comenta que “Tendo-se como norte o *Civic Journalism*, essa é uma visão bastante rasa de *cidadania* que o Correio escolheu” (FERNANDES, 2008, p. 7). Em verdade, mesmo sem considerarmos o *Civic Journalism* (que será abordado

ainda neste capítulo), achamos que se trata de uma noção bastante simplificadora para o jornalismo de maneira geral.

Na esteira do Fórum Social Mundial, evento criado em 2001, buscando ser um espaço de articulação, organização e celebração dos movimentos anti-globalização, funda-se uma nova visão, que amplia a noção de cidadania. Esta é formada por dois princípios, conforme Mattelart (2009). O primeiro diz respeito à comunicação como direito social. Já o segundo princípio diz respeito à filosofia dos bens comuns, que

se opõe [...] à “patentealização”, do mundo e os seres humanos. Sob essas mercadorias são agrupadas todas as áreas que deveriam ser exceções em relação à lei de livre comércio, porque o patrimônio comum deve ser partilhado em condições de igualdade e de liberdade. Tal princípio motiva mobilizações sociais não apenas em torno da Comunicação e do conhecimento, mas da saúde, de vida, do meio ambiente, da água, do *software* e de espectro da radiodifusão. Todas estas áreas deveriam ser regidas pelas regras do serviço público. (MATTELART, 2009, p. 11-12)

Entretanto, o direito à comunicação foi criado muito antes, aparece pela primeira vez em 1948:

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão. (Art. XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Mesmo sendo muito liberal, abrindo brechas para desigualdades, como aponta Mattelart (2009), afinal “ela se recusa a tocar nas relações econômicas entre os cidadãos” (MATTELART, 2009, p. 4), pode-se dizer que, no contexto brasileiro, a Declaração Universal dos Direitos Humanos certamente seria considerada revolucionária para 99% da população.

Referenciando-se no relatório “Um mundo, muitas vozes” (1980), resultado do trabalho da Comissão Internacional de Estudos dos Problemas da Comunicação (Comissão Mac Bride), da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Mattelart (2009) alerta para os perigos da concentração midiática para a democracia.

Desde o início, o direito à Comunicação é apresentado como uma “idéia” e um “ideal”. O relatório da comissão MacBride, [...] endossa e insiste no fato de que não há possibilidade de um direito à comunicação sem políticas públicas de comunicação e de cultura. Um está intimamente ligado à outra. Uma dá significado ao outro. (MATTELART, 2009, p. 6-7)

A partir desse relatório que começou a se discutir a transnacionalização e concentração da mídia e das indústrias culturais. A questão da propriedade, deixada de lado nas demais declarações de liberdade de expressão, vem à tona. Diz o Relatório MacBride que a concentração da informação resulta em restrição da liberdade, já que “a diversidade constitui um dos “pilares de qualquer sistema de comunicação em uma sociedade democrática [...]” (MATTELART, 2009).

Luís Ramiro Beltrán, especialista boliviano em comunicação para o desenvolvimento e teórico de referência escreveu uma contribuição para a Comissão Mac Bride, na qual opõe a comunicação vertical da horizontal. A primeira seria vinculada aos interesses de dominação das elites e a segunda, à libertação do povo oprimido (BELTRÁN, 1981).

Neste mesmo ensaio, intitulado “Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal”, Beltrán trata de pôr na gaveta o modelo unilinear de comunicação, de transmissão de informação, que nega as potencialidades do sujeito receptor, reproduzido em larga escala o modelo de educação bancária de que fala Paulo Freire – em que o professor é visto como o banqueiro, que faz um depósito na mente do aluno. Esses modelos – de educação e comunicação bancária geram submissão, passividade e falta de criatividade em larga escala. (BELTRÁN, 1981)

Segundo Beltrán foram os pensadores latino-americanos principalmente que fizeram a crítica mais profunda ao modelo clássico de comunicação. As raízes desse paradigma estariam na “natureza antidemocrática das relações sociais dentro das nações e entre elas”. (BELTRÁN, 1981, p. 27)

Essa natureza antidemocrática das relações sociais manifesta-se nas duas modalidades principais de participação política adotadas no Brasil, citadas por Peruzzo (1999): a passiva e a controlada. A grosso modo, a primeira seria aquela na qual se delega o poder a um superior, a segunda se dá, por exemplo o exercício do poder apresenta-se como democrático, mas é, na realidade, uma concessão do poder instituída a fim de acalmar o povo. Um dos exemplos dados por Peruzzo

(1999), sobre uma prefeitura que chama os grupos populares a fim de elaborar o orçamento do município

[...] mas não coloca na mesa de discussão o bolo total de recursos, mas só uma parte, aquela que os técnicos já destinaram de antemão a programas sociais ou, pior ainda, só aquela que se reservou para iniciativas a serem realizadas em conjunto com a comunidade. (PERUZZO, 1999, p. 79)

Diferentemente da participação passiva e da controlada, a participação-poder remete à partilha do poder, e

[...] é constituída com base em processos que favorecem a participação democrática, ativa e autônoma, propiciando, de modo mais completo, o crescimento das pessoas ou das organizações coletivas enquanto sujeito. (Peruzzo, 1999, p. 81)

Nas últimas duas décadas, segundo Mattelart (2009), a crítica a concentração midiática desapareceu da Unesco. A Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em outubro de 2005 pelos países membros deste organismo multilateral, sequer mencionava a concentração midiática, o que já dá uma dimensão do poder dessas corporações. Enquanto as corporações são protegidas pelo estado, a comunicação comunitária fica a ver navios. (MATTELART, 2009, p. 9)

Essa atitude permissiva, no Brasil, significa permitir que muitos veículos de comunicação atuem com concessão vencida, que muitos grupos econômicos tenham propriedade cruzada, ao passo que as rádios comunitárias, se não tem concessão, tem seus equipamentos apreendidos pela Polícia Federal.

A concentração faz com que predomine uma única visão de mundo, a mesma de Francis Fukuyama (1992), quando proclamou o fim da história.

A realidade das relações de força – de classe, de gênero, de raça ou de etnia – naturalizou uma forma de institucionalização das maneiras de se produzir a vontade geral e garantir o consenso, que legitimou a hegemonia de uma classe em particular, de seus interesses, de sua visão de mundo e de seus processos comunicacionais como sendo os únicos possíveis. (MATTELART, 2009, p. 5)

A reestruturação produtiva do capitalismo, com novas tecnologias e rotinas também contribui para que as práticas do jornalismo não sejam contextualizantes. Com elas, cada vez mais este profissional tem de assumir funções que não são suas

(têm que ser profissionais “multimídia”), e lhes sobra menos tempo para a apuração dos fatos.

Rosembach (2006), em sua dissertação sobre jornalismo comunitário, diz que o acesso e a prática da comunicação são essenciais para a cidadania.

Essa participação, para ser efetiva, deve se dar do ponto de vista de cidadania ativa, ou seja, o cidadão como agente produtor e participante dos mecanismos de comunicação, e não apenas consumidor passivo de notícias – leitor, ouvinte, telespectador, consumidor -, mero receptáculo de informações veiculadas sob o ponto de vista e conforme os interesses de quem as produz. (ROSEMBACH, 2006, p. 35)

Soares (2008) aborda o problema da subrepresentação dos temas relativos à cidadania na mídia. Baseado nas idéias de Keane (1998), ele diz que isto está relacionado à supremacia do mercado:

O consumidor venceu o cidadão: os indivíduos são tratados como consumidores liderados pelo mercado e não como cidadãos ativos com direitos e obrigações (KEANE, 1998). Além disso, as desigualdades sociais afetam o direito à informação: cidadãos empregados e com boa renda podem pagar por acesso aos meios noticiosos analíticos, enquanto os mais pobres só têm acesso à TV aberta e ao rádio. (SOARES, 2008, p. 5)

As implicações do mercado incidem nos conteúdos abordados pela mídia, buscando agradar determinado público:

Como hipótese, poderíamos dizer que os meios noticiosos tendem a representar bem as questões do mercado e da classe média (consumidora, compradora e leitora dos jornais e revistas) e de forma limitada os temas que afligem gravemente as maiorias de forma crônica. (SOARES, 2008, p.6)

Além dos conteúdos e do público-alvo, esse mesmo contexto de mercado traz implicações à natureza do jornalismo, cujos critérios de noticiabilidade favorecem “os acontecimentos pontuais, as pessoas importantes, a negatividade, o impacto sobre a sociedade e não os processos de longa duração” (SOUZA; WOLF Apud SOARES, 2008, p.6).

No caso do jornalismo de mercado, então as pessoas de baixa renda só apareceriam em situações extremas, como uma enchente, um assalto. O valor-notícia é conferido pela “grandiosidade” do fato (geralmente ilustrado com belas imagens, ou, no caso do rádio, frases de efeito e comentários indignados), e não por

ser um problema social – e histórico. Ao fim e ao cabo, o assunto tende a desaparecer do noticiário ou a restringir-se a pequenas notas nas páginas policiais. (SOARES, 2008)

Antes de iniciarmos a caracterização do jornalismo comunitário, percorreremos um caminho que irá do geral ao específico, do jornalismo “de mercado” e sua crítica até o outro jornalismo. Pretendemos, assim, traçar um panorama do jornalismo em sua relação com a cidadania, com ênfase na realidade brasileira, sobretudo no contexto aqui investigado.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO JORNALISMO OCIDENTAL

Para Ciro Marcondes Filho, “a história do jornalismo reflete de forma bastante próxima a própria aventura da modernidade” (MARCONDES, 2000, p. 9). O jornalismo, para este autor, é a síntese do espírito moderno: a razão (a “verdade”, a transparência impondo-se diante da tradição obscurantista). O jornalismo surgiu durante a Revolução Francesa, era o porta-voz do dono, um político. Em 1800, por obra da Revolução, o Estado se incumbiu de assegurar à sociedade a circulação de informação. Antes do seu surgimento, o saber ficava restrito à igreja e à universidade. Para Ciro Marcondes Filho (2000) houve na história quatro jornalismo: o da “Iluminação”, “o do jornal como grande empresa capitalista”, o do monopólio e o jornalismo da era tecnológica.

Como o objetivo aqui não é retomar exaustivamente a história do jornalismo, iremos diretamente ao que Marcondes chama de “Quarto jornalismo”, que surge a partir da década de 70, quando

[...] a tecnologia imprime seu ritmo e sua lógica às relações de trabalho, definindo os novos profissionais, a nova ética de trabalho, em suma, um outro mundo, que mal deixa entrever os sinais do que se convencionou chamar no passado de “jornalismo” (MARCONDES, 2000, p. 31).

Neste quarto jornalismo, a “indústria da consciência” (ENZENSBERGER Apud MARCONDES, 2000, p. 32) elabora estratégias para fazer passar inconscientemente uma propaganda como se fosse notícia de interesse público. O

noticiário então deixa de ser um momento em que o cidadão se informa, para transforma-se num momento de se admirar um espetáculo (MARCONDES, 2000).

A maior parte da informação está nas mãos de grandes conglomerados, o que, em termos práticos, significa dizer que a divulgação de uma informação de interesse público somente ocorrerá se não ferir algum interesse comercial da empresa jornalística. Essa situação faz com que os movimentos sociais tenham de adotar certas estratégias para aparecerem na mídia e conseguirem colocar sua pauta na agenda dos políticos.

Christa Berger (2003) aborda em sua tese de doutorado, as formas de interação do campo do jornalismo (jornal Zero Hora) com o campo da política (Movimento dos Sem Terra). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um subgrupo do campo político, que tem de dialogar com o campo do jornalismo a fim de ter sua pauta atendida por outro subgrupo do campo político, o governo (BERGER, 2003).

Berger explica que “campo” é um conceito do filósofo francês Pierre Bourdieu, e “vem ao encontro da necessidade de relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica” (BERGER, 2003, p. 21). Essa noção seria interessante para

[...] relacionar as diferentes esferas da vida social e deduzir, do caráter geral da luta de classes, o sentido particular que adquire o enfrentamento no interior de um determinado campo [...] (BERGER, 2003, p. 21).

Assim, a cada campo corresponde um capital, sendo que entre os capitais, o que é superior é o simbólico “por dar sentido ao mundo e transitar por todos os campos. A este capital cabe o poder de fazer crer e é nisto que consiste sua superioridade” (BERGER, 2003, p. 21). A hipótese que a autora trabalha no livro é de que o jornalismo detém maior poder simbólico que outros campos por ter na credibilidade sua maior marca. (BERGER, 2003).

O discurso jornalístico da mídia hegemônica é, em primeiro lugar, informativo, em segundo autoritário (em virtude das restrições devido ao fato de que o veículo de comunicação é propriedade de alguém). (BERGER, 2003).

Mas o discurso produzido pela imprensa não é sempre igual e “as condições sociais e institucionais no interior de onde ele é produzido contribuem na definição de um contorno ou na ênfase de um tipo” (BERGER, 2003, p. 24). Assim, “o discurso

jornalístico é híbrido” (BERGER, 2003, p. 24) e está inserido nas características do discurso midiático: “é público, institucionalizado e legitimado para as transmissões do saber cotidiano. É o discurso da atualidade com recursos estetizantes” (BERGER, 2003, p. 24).

Para Berger há que considerar também que “todo discurso nasce em um e termina em outro” (2003, p. 24) e que

todo processo de produção discursiva é, ao mesmo tempo, um processo de recepção, e que todo processo de recepção implica, por sua vez, o começo de uma nova cadeia de construção de significantes ou de semiose. (BERGER, 2003, p. 25)

Ao produzir uma determinada mensagem, o jornalista constrói também o receptor em seu imaginário, o que constitui, para ela uma “estratégia do campo da produção para garantir seu êxito” (FAUSTO NETO Apud BERGER, 2003, p. 27).

Estas especificidades do discurso jornalístico estão ligadas às suas condições de produção:

A empresa jornalística representa a infra-estrutura econômica que dá o suporte material para a produção das notícias e lhe solicita retorno como mercadoria. E, condições de produção, quando se trata dos discursos, abarcam, além da produção, a sua circulação e o seu consumo. (BERGER, 2003, p. 127)

Mais do que um escritor de romances, por exemplo, o jornalista está sujeito às suas condições de produção, pois tem de lidar com suas fontes, com a empresa jornalística e com os leitores. (BERGER, 2003).

Ligado a isto está a polifonia, que “ênfatiza a coexistência em qualquer situação textual de uma pluralidade de vozes que não se fundem em uma consciência única, mas, ao contrário, em diálogo e em confronto, geram algo além delas próprias” (BAKHTIN Apud BERGER, 2003, p. 128). Essas vozes plurais pertencem a sujeitos que por sua vez também possuem suas condições de produção.

Christa Berger (2003) aponta ainda que, apesar dos manuais de redação dos jornais proclamarem a isenção, as pessoas que já participaram de movimentos reivindicativos podem atestar que a mídia não foi isenta.

2.1.1 Brasil: um país de cultura oral e visual

No Brasil, o campo do jornalismo de referência também pode ser analisado a partir do “processo produtivo” do jornalismo impresso. Os jornais historicamente são produtos que ficam restritos à elite, de modo mais intenso que o rádio e a televisão. Marques de Melo (2003) afirma que o mesmo ocorre com o direito à informação e a liberdade de expressão, e atribui isto a nossa cidadania raquítica:

Se podemos afirmar que o Brasil inicia o novo século vivendo um dos mais vigorosos estágios da liberdade de imprensa, infelizmente devemos reconhecer que ela constitui um privilégio das elites nacionais. Os grandes contingentes da nossa população permanecem à margem dessa liberdade constitucional. Deixam de usufruir tanto da prerrogativa da livre expressão quanto do direito de ter acesso à informação que os habilita à plena cidadania e conseqüentemente à participação integral na vida democrática. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 147)

Embora não haja censura prévia nem *a posteriori*, existe uma cultura do silêncio que faz com que a maior parte da população fique privada da prática da comunicação, “[...] causando sério risco para a estabilidade democrática e naturalmente para a governabilidade”. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 150)

Marques de Melo (2006) identifica uma correlação entre desenvolvimento socioeconômico e aumento na tiragem de jornais. Ele vê no jornal impresso uma vocação para a cidadania:

[...] o jornal, diferentemente do rádio e da televisão (veículos sintonizados em busca de lazer), significa o laço que prende o cidadão à sociedade em que vive e atua. Oferecendo cada dia o registro, ainda que parcial, do movimento da sociedade, o jornal permite, num primeiro instante, a participação abstrata do cidadão, conduzindo-o, num segundo momento, para a atuação concreta. (MARQUES DE MELO, 2006, p. 93)

Corroborando esta tese, Marques de Melo (2003) aponta uma relação entre os índices de escolaridade da população e a qualidade da programação dos veículos de radiodifusão.

Cidadãos instruídos, que cultivam padrões de sociabilidade mais elevados, tendem naturalmente a reivindicar melhores e renovados produtos da mídia. A própria indústria midiática, estruturada segundo as regras da economia de mercado, procura captar os anseios dos

consumidores, atuando em consonância com as suas expectativas. E quanto maior for a competição entre os produtores mais benefícios terão os consumidores, pela variedade de opções existente (MARQUES DE MELO, 2003, p. 138)

Embora não se possa acreditar que a competição entre os produtores ensejará uma programação melhor (tendo em vista que os interesses econômicos predominam, conforme as citações de Marcondes feitas anteriormente), é inegável que os meios de comunicação de massa atuam de maneira decisiva na formação da população brasileira, são verdadeiros educadores coletivos – para o bem e para o mal (PAIVA, 2007). Entretanto, Marques de Melo (2003) acredita que a formação dos cidadãos está alicerçada sob a cultura escrita (deficitária no Brasil). Aí estão, para ele, as raízes da nossa cidadania raquítica:

Evidentemente a leitura dos signos disseminados pela tecnologia da reprodução cultural se alicerça na leitura do mundo proporcionada pela educação. Tanto maior o domínio dos códigos quanto mais oportunidades têm o cidadão para entender o mundo em que vive. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 140)

Mesmo reconhecendo que a vida fornece “mecanismos de apreensão do significado da cultura que nos rodeia”, Marques de Melo acredita que a “sistematização do conhecimento proporcionado pela escola amplia as chances de participação na sociedade e do usufruto dos benefícios disponíveis”. Assim, os anos de escolarização são diretamente proporcionais às “opções de intervenção no cotidiano” e às “expectativas de bem estar” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 140).

Está implícito no discurso de Marques de Melo (2003, 2006) que a construção da democracia no Brasil depende da população excluída acessar o “banquete civilizatório” (educação, moradia, saúde, cultura) e que dependemos de uma mudança cultural – da inserção de uma cultura letrada – para que nos desenvolvamos socioeconomicamente.

Gianotti (2009) também aponta algumas razões por que nossa cultura é predominantemente oral e visual. Para ele isso se deve ao fato de suas três matrizes - indígena, africana e portuguesa – não utilizarem a escrita. Não se trata de depreciá-los por isso. “Analfabetos, não. Para eles não faltava o alfabeto. Eles simplesmente não usavam a escrita e conseqüentemente o alfabeto” (GIANOTTI, 2009, p. 71).

Para além da tradição de oralidade, para se responder por que no Brasil se lê tão pouco, é necessário atentar para “o projeto político de absoluta exclusão social das duas componentes mais numerosas das nossas raízes: os índios e os negros” (GIANOTTI, 2009, p. 77).

Este projeto que resultou na criação do país mais injusto do mundo não teve grandes elocubrações étnicas e raciais baseadas na superioridade da raça ariana. Simplesmente é a base do desenvolvimento capitalista do Brasil. Um país baseado na exploração máxima da força de trabalho, a serviço do enriquecimento de uma classe extremamente privilegiada. (GIANOTTI, 2009, p. 77)

Essa classe enriquecia às custas de um projeto de exploração, que “exigia mão-de-obra dócil, submissa, obediente, temerosa, cheia de fantasmas religiosos e, conseqüentemente, sem escolas” (GIANOTTI, 2009, p. 77).

Um país sem escolas serviria a esse projeto político, favorecendo a manutenção da ordem para todos e progresso apenas para alguns. Assim, começou-se a *pensar* um país alfabetizado somente na década de 1930 (GIANOTTI, 2009, *grifo nosso*). Diga-se de passagem, que até hoje se pensa num Brasil alfabetizado (conforme dados de 2010 do IBGE, o Brasil tem 13,9 milhões de analfabetos¹), enquanto países latino-americanos menos favorecidos economicamente, como Cuba e Bolívia, tem índice zero de analfabetismo.

Gianotti (2009) faz um diagnóstico preciso da exclusão socioeconômica a que, segundo ele, 80% da população brasileira está refém. O Brasil permanece dividido entre a Casa Grande e a senzala, como apontou Gilberto Freyre. Até hoje permanece desesperador o nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apesar de termos merecido o posto de 8ª economia do mundo em 2010.

Com 0,718, o Brasil possui um índice semelhante ao da Colômbia (0,710) e inferior ao de países como Venezuela (0,730), Peru (0,725) e Equador (0,720). Na América do Sul, estamos na frente do Suriname (0,680), Paraguai (0,665), Bolívia (0,663) e Guiana (0,633). E bem atrás do Chile (0,805) e da Argentina (0,797).

Naturalmente essa divisão está presente também na educação e na comunicação: a Casa Grande e a senzala não falam a mesma língua (GIANOTTI, 2009). Essa conjuntura socioeconômica de exclusão social, na qual o jornalismo de

¹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 04/11/2011

mercado se insere, faz com que a prática da comunicação fique restrita às onze famílias² que detêm os meios de comunicação brasileiros.

2.2 O OUTRO JORNALISMO

Apresentaremos a seguir “outros” jornalismo diferentes da prática de mercado. Ainda que não sejam idéias geniais, são importantes na medida que, como menciona Cassol (2010), uma vertente dos estudos em jornalismo tem se preocupado unicamente em criticar os modelos vigentes sem dizer o que seria um jornalismo desejável. No momento em que o pessimismo toma conta, a simples iniciativa de buscar algo novo já é um avanço.

Adelmo Genro Filho seria exceção. Para este autor, o jornalismo não constitui apenas uma crítica à realidade social, como afirmam os funcionalistas, também não é apenas uma máquina de criar factóides, como dizem os frankfurtianos, e por fim também não deve ser visto como uma forma de transmitir ideologia dominante (GENRO FILHO, 1987).

Genro defende a “necessidade de um jornalismo informativo com outro caráter de classe, elaborado a partir de outros pressupostos ideológicos e teóricos, mas cuja missão principal não seja apenas a de propagandear tais pressupostos” (GENRO FILHO, 1987, p. 143). Ou seja, o autor reconhece a importância do jornalismo na sociedade contemporânea, mas acredita “um outro jornalismo” não pode ter um caráter utilitarista, mesmo que seja com boa intenção (de fomentar a organização política da classe trabalhadora). A subordinação do jornalismo alternativo a essa lógica de propagandear somente a luta de classes enseja a redução das potencialidades desta forma de conhecimento (CASSOL, 2010).

Ao propagandear a luta de classes, esquece-se de que, seja no capitalismo ou não, as pessoas precisam viver, e os meios de comunicação devem ser guias nessa arte.

² É o que mostra o vídeo do Coletivo Intervozes. Disponível em:

<http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=5756

Acesso em: 4/11/2011

Para Genro Filho, o jornalismo tem uma vocação para revelar os “aspectos singulares da realidade”, o que daria condições para que os sujeitos se emancipassem e fizessem a revolução (GENRO FILHO, 1987).

Além disso, é evidente que os aspectos do cotidiano que não são politizáveis não devem ser deixados de lado pelo jornalismo, pois, apesar de sua vinculação com o campo político, não se pode esquecer que, em primeiro lugar o jornalismo deve vincular-se ao campo social.

A seguir, abordaremos algumas tentativas de criação de um “outro jornalismo”, que têm em comum o fato de se pautarem pelo campo social.

2.2.1 “Civic Journalism” (Jornalismo Público)

De início é necessário esclarecer que “Civic Journalism” não pode ser traduzido para o português como Jornalismo Cívico, pois, por razões históricas, a palavra inglesa “civic” possui uma conotação bem distinta de civismo. Nos EUA ela está relacionada com cidadania, coletividade, ao contrário do Brasil, onde ela lembra patriotismo. Assim, Civic Journalism seria melhor traduzido como jornalismo público, ou jornalismo cidadão (FERNANDES, 2008). Como jornalismo cidadão e jornalismo público já tem outros significados para o campo de estudos do jornalismo brasileiro, utilizaremos aqui, a exemplo de Fernandes (2008) o termo Jornalismo Cívico, ainda que tenhamos a consciência de sua inadequabilidade.

Rejeitando a Teoria do Espelho, segundo a qual as notícias deveriam ser um espelho da sociedade (TRAQUINA Apud FERNANDES, 2008), Janowitz (Apud FERNANDES, 2008) propõe que o jornalista deve atuar como algo entre um *gatekeeper* e um *advocate*, isto é, o jornalista deveria atuar como um seletor de notícias e defensor das majorias. Já Fernandes filia-se a Kunczik (1997), que pensa que o Jornalismo Cívico deve ser mais *advocate* que *gatekeeper*, e ser mais do que uma esfera pública, como sintetiza Traquina (2004), em entrevista concedida à Fernandes para a elaboração de seu artigo.

Mas é verdade que o movimento vai mais longe. Defende que os jornais/media noticiosos devem ter um papel ativo na resolução de problemas. Por exemplo, o racismo. Aqui o jornal/media noticioso poderá, segundo o movimento, ajudar a ‘juntar as pessoas’, colocá-

las em diálogo, com a esperança que soluções possam ser encontradas. (TRAQUINA Apud FERNANDES, 2008, p. 5)

O jornalismo cívico surgiu nos EUA, num contexto de descrença da população em relação aos jornais e aos políticos³, e alta demanda do público por informação local. Foi David Merrit, à época editor do jornal *The Wichita Eagle*, do estado do Kansas que protagonizou a primeira experiência desse tipo. Durante as eleições estaduais, o jornal realizou uma pesquisa junto aos leitores a fim de descobrir os dez temas que estes consideravam mais relevantes. Cada um dos temas foi abordado numa edição de sábado, através de matérias em profundidade produzidas pelos repórteres do jornal. (FERNANDES, 2008)

Sua consolidação se deu com o estabelecimento definitivo do *Pew Center for Civic Journalism*, “destinado a aprofundar as bases teóricas dessa nova corrente da imprensa e com a pretensão de desenvolver projetos concretos sobre jornalismo de interesse público”. (FERNANDES, 2008, p. 8)

Essa corrente teve uma adesão significativa entre os jornais estadunidenses:

Conforme Lewis Friedland (2002: 1), entre 1994 e 2002 o Pew Center catalogou 651 projetos desenvolvidos nos Estados Unidos de **Civic Journalism**, envolvendo 20% de todos os jornais do País. (FERNANDES, 2008, p. 9)

No contexto atual, de patentealização dos direitos sociais (Op. Cit. Matellart, 2009) esperar soluções para os problemas das pessoas através do *Civic Journalism* é, no mínimo, perigoso. Apesar desta ser uma experiência muito interessante, é inimaginável no nosso Brasil: de cultura antidemocrática, personalista e nada associativista. O exemplo que Fernandes (2008) cita é o do jornal O povo, de Fortaleza, e dos sítios Observatório da Imprensa e Instituto Gutenberg. Ele também lembra que há pouquíssimos estudos acadêmicos sobre ética e jornalismo:

Num interessante e abrangente estudo, os pesquisadores Jacques Wainberg e Manuel Luís Pereira (2000) apontaram que somente 4,55% dos trabalhos publicados sobre jornalismo no Brasil entre

³ “Em 1995, o alarme soou de vez, quando o boletim Yankelovitch Monitor divulgou dados de uma pesquisa que fizera: o índice de confiança nos jornais, por parte dos americanos, havia declinado de 51% em 1988 para 21% em 1995. No caso das revistas, as taxas oscilaram de 38% para 14%. A mesma desconfiança, disse o Yankelovitch, atingira a televisão, que viu seu índice passar de 55% para 23% em apenas sete anos”. (FERNANDES, 2008, p. 8)

1983 e 1997 versavam sobre ética no jornalismo. Em valores absolutos, isso significou 20 trabalhos (livros, artigos, teses e dissertações) num universo de 436 – **Civic Journalism** está intrinsecamente ligado a questões éticas. (FERNANDES, 2008, p. 11)

Ao longo dos últimos anos, ações como a instituição do *ombudsman* da Folha de São Paulo, mais a veiculação de programas televisivos tipo *Globo Comunidade* e campanhas como a *Eu quero paz*, do jornal Correio Braziliense foram apontadas por alguns como cívicas, mas não havia uma análise acadêmica que as pudesse referendar ou não como tais (FERNANDES, 2008).

Embora não se possa replicar esse modelo de jornalismo cívico no Brasil, pode-se aproveitar os princípios, a exemplo do programa “Repórter Comunitário”, que tenta dar a voz à comunidade de Ipanema e arredores, possibilitando que a comunidade tome conhecimento das questões locais e que, conseqüentemente, possa agir sobre elas.

2.2.2 Jornalismo Cidadão

Targino (2009) afirma que o surgimento do jornalismo cidadão (ou jornalismo participativo, ou *open source journalism*) está ligado ao advento da *Web 2.0.*, cuja característica principal é a interatividade, ou melhor, as possibilidades colaborativas. A autora estuda o CMI (Centro de Mídia Independente), mas são muitos os sítios que tem essa proposta – a de permitir que qualquer cidadão compartilhe informações, que são construídas de maneira colaborativa e voluntária.

A primeira objeção a essa modalidade de jornalismo é óbvia: o acesso à internet é restrito e, se formos pensar em qualidade de acesso, o quadro torna-se ainda mais desolador.

O jornalismo cidadão também é associado à participação dos leitores/ouvintes/telespectadores. Moretzsohn (2006) acha que o jornalismo cidadão está envolto em um mito libertário relacionado a uma utopia tecnológica. Utopias tecnológicas não são novidades: na nossa história, o rádio e a TV já foram vistos como salvadores do mundo. A tecnologia por si só não muda nada, se não estiver articulada a projetos políticos. Para ela, o capital encontra no jornalismo cidadão

(assim como outras iniciativas) uma forma de pulverizar as formas de intervenção social. (MORETZSOHN, 2006)

Por trás de uma filosofia pretensamente libertária, uma ideologia do mercado, pois

De facto, existe um mundo objectivo que pode ser estudado e há pessoas que o estudam e que adquirem mais conhecimentos sobre determinadas áreas do que outras. De facto, a democracia é o primado da maioria... nas escolhas políticas. Ninguém em seu perfeito juízo decidiria o tratamento médico que deve seguir com base num referendo no seu bairro. [...] (MALHEIROS Apud MORETZSOHN, 2006, p. 3)

Além disso, a pesquisadora constata que os arautos do novo jornalismo jamais mencionam que os blogs mais lidos são os dos jornalistas, políticos, comentadores consolidados antes de entrarem no mundo virtual. Dificilmente alguém obterá um grande número de acessos em seu blog por mero empenho pessoal (MORETZSOHN, 2006).

Também o fator credibilidade (o capital simbólico do jornalismo de que fala Berger, Op. Cit.) é mencionado por Moretzsohn (2006), que critica o “princípio” “publicar primeiro, filtrar depois”:

Não creio ser necessário dizer que, do ponto de vista das mais elementares regras deontológicas do jornalismo, esse procedimento seria no mínimo um disparate, pois significaria abrir o campo a todo tipo de boatos e de informações “plantadas”, com as nefastas conseqüências que todos conhecemos. (MORETZSOHN, 2006, p. 7)

Esse princípio, porém, vale somente para a internet. O jornalismo cidadão das TVs está subordinado a uma série de regras, sendo o “repórter cidadão” responsável apenas por coletar as informações, tendo que se dobrar ao editor (MORETZSOHN, 2006). Outro empecilho a sua realização são os altos custos, que, aliás, não são cobertos pela empresa jornalística⁴. E a participação sofre uma mutação: de chamamento político passa a ser um reles slogan publicitário.

⁴ Moretzsohn (2006) exemplifica isso através da BBC de Londres, que raramente paga pelo material recebido. Nesse quesito nossa TV pública se assemelha à de Londres, veja-se o caso do quadro “Outro Olhar”, que geralmente é produzido por coletivos que trabalham profissionalmente com o jornalismo.

2.2.3 Jornalismo Comunitário

Ao contrário do jornalismo cívico, as definições de jornalismo comunitário são imprecisas e, invariavelmente, tão romantizadas quanto as de jornalismo cidadão, a começar pelo teórico de referência da comunicação:

[...] uma imprensa só pode ser considerada comunitária quando se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico de uma comunidade. Isto significa dizer: produzido pela e para a comunidade. (MARQUES DE MELO, 2006, p. 126).

É desmistificadora a colocação de Peruzzo (Apud FREITAS, 2008, p. 25), segundo a qual o jornalismo comunitário precisa ser realizado por membros da comunidade mesmo que esses ainda não tenham atingido o nível de participação desejado. Freitas (2008) afirma que a conscientização política da base pode ser formada a partir da atuação no jornalismo comunitário. O jornalismo seria então meio e fim do trabalho comunitário.

Sendo assim, torna-se impossível desvincular a prática do jornalismo comunitário com o engajamento social e político, já que essa é a base para a transformação e para alcançar os objetivos dos moradores da região. (FREITAS, 2008, p. 26)

É a mesma constatação de Gohn (Apud FREITAS, 2008, p. 25):

o jornalismo comunitário divide uma linha tênue entre o jornalista e o militante de uma causa, portanto, grande parte dos profissionais envolvidos com esses veículos de comunicação também atua na luta por uma causa.

Marques de Melo (2006), ao tratar da imprensa comunitária, complementa a assertiva de Gohn ao dizer que, historicamente, a imprensa de bairros, a imprensa do interior, a imprensa negra, a imprensa religiosa e a imprensa de imigrantes foram produzidas por uma elite, e não pelo povo. É compreensível: quem tem tempo e recursos para dedicar a uma causa é a classe média. O mesmo ocorre com o jornalismo comunitário, no caso de projetos que não possuem financiamento governamental ou de empresas privadas.

Entretanto, esse ser produzido para e pela comunidade traz uma série de implicações no que tange à linguagem utilizada, conteúdo e rotinas produtivas. Tudo estará em simbiose com a comunidade. Essa noção parece estar imbuída de uma ideia romantizada de povo e de comunidade, segundo a qual, por princípio, o que é popular é bom. Idéia que é contestada por Martín-Barbero (Apud Downing, 2002), quando diz que a cultura popular contém também coisas ruins como, por exemplo, preconceitos.

Pode-se apontar a mesma crítica à colocação de Festa (1986), segundo a qual o jornalismo comunitário deve buscar a valorização da cultura local. E se for uma cultura machista, por exemplo? É uma cultura passível de ser valorizada?

Entretanto, o ponto principal de Festa (1986) é que o jornalismo comunitário deve se encarregar não apenas de trazer a notícia, mas contextualizá-la. Será que é suficiente? Não seria também necessário problematizar certas questões?

Elaine Tavares (2004) traz uma definição menos ambiciosa. Ela fala da importância das informações do dia-a-dia, que fazem a diferença na vida das pessoas, como por exemplo

o dia da vacina, sobre a promoção do armazém, sobre as lutas implementadas pela Associação de Moradores, sobre o festival de pandorga, enfim, coisas que digam respeito àquelas pessoas, que tenham ligação com sua vida real. (TAVARES, 2004, p. 37)

Entretanto, Tavares (2004) não deixa de reconhecer a importância de veicular notícias sobre a cidade, o país e o mundo – para que não se produza um “alienado comunitário”. Entretanto, não basta reproduzir as notícias do jornal: há que se colocá-las de um ponto de vista alternativo ao da mídia hegemônica. Para isso, é necessário investir na formação política do grupo.

Podem ser produzidos noticiários de hora em hora ou programas especiais de notícias, programas de entrevistas e bate-papo com os ouvintes sobre problemas da comunidade. É claro que a formação desse grupo de redatores necessita de mais tempo e mais trabalho, mas é absolutamente necessária. (TAVARES, 2004, p. 37)

A definição de jornalismo comunitário de Rosembach (2006) converge com a dos autores citados anteriormente em alguns pontos, mas se mostra mais sistemática:

a) o foco está nos fatos que ocorrem dentro de uma comunidade; b) é praticado por membros de uma comunidade; c) a redação e a linguagem são acessíveis ao público; d) há capacitação dos moradores em técnicas de jornalismo; f) é ligado à conscientização e mobilização na luta pela transformação da estrutura econômica e social do país, além de entretenimento; g) é democrático; possibilita o debate entre os membros da comunidade e a participação de todos. (ROSEMBACH, 2006, p. 77)

Com o aporte teórico de Darcy Ribeiro, Rosembach (2006) coloca que o jornalista comunitário deve estar em diálogo com a cultura popular, tendo em vista a transformação social. A cultura popular, conforme ele, pode servir tanto como à manutenção das estruturas de poder vigentes quanto à construção de uma nova sociedade, e é necessário que o jornalista tenha como foco esta última, afinal “a comunicação popular não tem valor em si mesma mas enquanto se integre num processo de luta com uma perspectiva de nova sociedade” (GOMES Apud ROSEMBACH, 2006, p. 80). Podemos dizer que Rosembach “resolve” assim a questão da cultura popular, complementando o pensamento de Festa, afinal, o estar em diálogo com a mesma não exclui a sua valorização.

Assim, o jornalista comunitário deve atuar na mesma perspectiva do educador-educando, ou seja, sem se pretender superior aos seus ouvintes, buscando compreender sua realidade e dialogar com a mesma, a fim de, com o conjunto da sociedade, transformá-la (FREIRE, 2002).

Convergindo com Genro Filho (1987, Op. Cit.), Rosembach faz uma advertência em relação aos perigos do isolamento político-cultural do jornalista, pois “isso significaria oprimir ainda mais o povo pela desinformação ou sectarismo político-partidário” (ROSEMBACH, 2006, p. 80).

A postura do jornalista comunitário deve ser diferente: ele deve buscar abraçar as causas comuns à comunidade e reivindicá-las fora do meio comunitário “para pressionar os que têm poder de decisão para forçar a solução dos problemas que afligem a comunidade em seu dia-a-dia. [...]” (ROSEMBACH, 2006, p. 80). Aí podemos dizer que o jornalista comunitário deve atuar como *gatekeeper* e *advocate*, sem pender para nenhum dos lados.

O fato de ser defensor das causas populares não o exime de “perseguir boas fontes, mediante acurado trabalho de pesquisa ou apuração, por meio de entrevistas, consultas a publicações, documentos, bibliotecas, arquivos etc.”

(ROSEMBACH, 2006, p. 80), pelo contrário, é isso que o dará condições para defender o povo mantendo sua autonomia, pensando com sua própria cabeça.

São tantos os pré-requisitos: ser da comunidade, estar sintonizado nos assuntos da comunidade, ter consciência de classe, estar aberto ao diálogo, ter disponibilidade que só poderia desembocar na constatação de Marques de Melo, segundo o qual a imprensa comunitária é feita, predominantemente, pela classe média.

2.3 RADIOJORNALISMO

Trataremos a seguir especificamente do radiojornalismo, que é onde se situa nosso objeto de estudo. Inicialmente, refletiremos sobre o radiojornalismo nos veículos comerciais, pois entendemos que sua compreensão é essencial ao entendimento do jornalismo praticado nas rádios comunitárias que, obviamente, tem seus modelos no primeiro.

2.3.1 Radiojornalismo de mercado

O surgimento do rádio na década de 1930 causou um enorme impacto na cultura brasileira. Antes o meio de comunicação mais utilizado era o jornal (nada democrático, já que os índices de analfabetismo eram estrondosos). Nunes, num artigo sobre mídia e eleições, menciona o papel do rádio em momentos políticos cruciais, como a Revolução Constitucionalista, a Era Vargas e a Cadeia da Legalidade, sempre atuando como elemento mobilizador das massas.

O marco de fundação do radiojornalismo *no* Brasil e em vários países da América Latina é o Repórter Esso, criado pela Standard Oil Company of Brazil, grupo controlado pela família Rockefeller, na esteira da Segunda Guerra Mundial. Esse noticiário não era autenticamente brasileiro, já que era traduzido do inglês para o português ou para o espanhol e veiculado em rádios brasileiras e de outros países da América Latina. O jornalista Milton Jung lembra que este era “mais uma iniciativa de empresas estrangeiras de veicular o próprio nome ao de programas radiofônicos” (JUNG, 2004, p. 31)

No Brasil, o Repórter Esso foi veiculado por rádios de várias regiões do país entre os anos de 1941 e 1968. Ferraretto lembra que

[...] a maior contribuição do *Esso* foi a introdução no Brasil de um modelo de texto linear, direto, corrido e sem adjetivações, apresentado em um noticiário ágil e estruturado. (FERRARETTO, 2001, p. 127)

Jung (2004) lembra também que foi o locutor Heron Domingues quem teve a idéia de marcar o tempo que levava para ler as notícias, tendo descoberto que “uma leitura normal de um locutor demora 15 linhas por minuto”. Era o início do que daria origem à preocupação com a forma em detrimento do conteúdo da notícia.

Na mesma época surge o “Grande jornal falado” Tupi, também motivado pela curiosidade em torno da grande guerra mundial. Conforme Ferraretto, este seria o “primeiro radiojornal moderno” (FERRARETTO, 2001, p. 130), reproduzindo o modelo do jornal impresso.

No início, a identificação do noticiário como o cabeçalho de um periódico impresso. Depois, com a marcação da sonoplastia, as manchetes a reproduzir a capa de um jornal. Seguiam-se as notícias agrupadas em blocos – política, economia, esportes... – tal qual faziam os diários com suas editorias. (FERRARETTO, 2001, p. 130-131)

Ferraretto destaca que apesar de pulularem departamentos de jornalismo nas rádios na década de 50, o “espetáculo dos programas de auditório, humorísticos e novelas” (2001, p. 131) dominavam o rádio. Entretanto

a informação ágil, atual e vibrante introduzida por noticiários como o Repórter Esso e o Grande jornal falado Tupi vai auxiliar a radiodifusão sonora a renascer nas décadas seguintes, depois do abalo provocado pela televisão. (FERRARETTO, 2001, p. 131)

Durante a ditadura militar, o rádio mudaria inteiramente de perfil. Com a expansão do rádio FM a partir dos anos 70, e a censura imposta pelo autoritarismo vigente, este se tornaria um veículo voltado preponderantemente para o entretenimento e o lucrativo negócio musical, coordenado pelas gravadoras nacionais e estrangeiras. A informação já não era mais prioridade. O rádio

comercializou-se, empobreceu, perdeu espaço no cenário político, gerando um processo de desmobilização social (NUNES, 2002, p. 205)

Nessa mesma época, as concessões de emissoras foram distribuídas para pessoas que estavam alinhadas ao regime, poupando o trabalho dos censores (CAPPARELI Apud Nunes, 2002).

Se o rádio morreu politicamente (e jornalisticamente, acrescento) durante a ditadura, depois dela, na década de 80, ressurgiu com uma nova proposta: a prestação de serviço (NUNES, 2002, p. 206). A partir dessa lógica, o radialista (locutor, repórter, apresentador) era como se fosse um guia do ouvinte. A prestação de serviço engloba a temperatura, previsão do tempo, informes do trânsito.

Essa prestação de serviço, porém, tem limite, especialmente na sociedade capitalista brasileira cujas leis da comunicação, que prevêm medidas democratizantes para a comunicação, como a complementaridade do sistema público, privado e estatal, não estão regulamentadas. O limite da prestação de serviço, no caso do radiojornalismo dos grandes veículos comerciais – é o interesse econômico.

Os detentores do poder político são os mesmos que detêm o poder econômico e o controle dos *media*. As concessões de emissoras de rádio e televisão, embora ainda dependam de decisão do Congresso Nacional, estão, em sua maioria, nas mãos dos próprios políticos, e não saem da área privada, permanecendo, portanto, nas mãos de uma elite que manobra a esfera pública (MARCONDES Apud NUNES, 2002, p. 206)

Agora que vimos a teia em que o radiojornalismo está enredado, finalmente, adentraremos nosso objeto de estudo, que está permeado pelas potencialidades políticas do veículo rádio, bem como pela tendência do mercado a anulá-las, criando um modelo muitas vezes reproduzido nas rádios comunitárias.

2.4 JORNALISMO NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Neste subcapítulo abordaremos as rádios comunitárias e as especificidades do jornalismo nelas praticado. Para isso, dividimo-lo em dois itens: “O que é comunidade?” e “Rádios Comunitárias e jornalismo comunitário”.

2.3.2 O que é comunidade?

Creemos ser importante resgatarmos brevemente algumas definições acerca dos conceitos ‘comunidade’ e ‘sociedade’. Para o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, há uma distinção entre esses dois tipos básicos de organização social: a comunidade (*Gemeinschaft*) e a sociedade (*Gesellschaft*). A *comunidade* designaria as relações típicas de grupos pré-industriais, como os caçadores, ou também um conjunto de pessoas relativamente pequeno que se une por questões de parentesco, de práticas herdadas de seus antepassados ou por sentimentos religiosos. Já as relações de *sociedade* são peculiares de grupos que vivem vida urbana desenvolvida; organizam-se em Estados e possuem uma complexa divisão do trabalho.

A comunidade, para este autor, é “[...] tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto [...] a sociedade é a vida pública – o próprio mundo” (TÖNNIES, 1995, p. 231). As relações estabelecidas na comunidade ganham mais consistência e organicidade do que as configuradas na sociedade, sendo as relações desta última mais mecânicas e imaginárias, passageiras e aparentes.

Assim como Tönnies, Weber (1987) também enxergava na comunidade uma necessidade inerente do ser humano de pertencer a um espaço público. O pertencimento revela a necessidade de partilhar, com os membros da comunidade, as idéias, os valores, os ritos, as lembranças, os acontecimentos cotidianos, os sonhos e os desejos. Para Weber (1987), a noção de comunidade está estritamente ligada à sociedade, para o qual o agir em comunidade é orientado a partir dos laços afetivos, de solidariedade, de partilha, da memória individual e coletiva, das reivindicações e das expectativas criadas através das relações sociais. Essas dimensões se unem às normas e às regras estabelecidas pela sociedade. Pois,

[...] chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social (...) baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes dessa comunidade (WEBER, 1987, p. 77).

O autor afirma ainda que a base da existência de uma comunidade é o pertencimento. Entretanto, deve ser ressaltado que há uma linha tênue entre pertencer a um determinado grupo, ser excluído dele ou simplesmente se movimentar em direção a espaços onde o sujeito é aceito e valorizado. Essa movimentação em busca do pertencimento não isenta o sujeito em observar as regras estabelecidas pelo conjunto da sociedade, ou seja, se aceita como membro do grupo, desde que os sujeitos observem as normas e regras estabelecidas nas convenções sociais.

Raquel Paiva (2007) questiona-se a respeito disso. Conforme a pesquisadora do LECC/UFRJ (Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da UFRJ), muitos pesquisadores tem usado as mesmas classificações de Tönnies, só que nos seguintes termos:

[...] a comunidade espiritual para classificar as relações humanas via tecnologia; a de vizinhança para caracterizar principalmente as comunidades dos espaços populares, ficando a de parentesco relegada ao abismo do qual ninguém se dispõe muito a falar, já que a própria concepção de família se encontra totalmente modificada, muito para além dos estágios catalogados, por exemplo, por Engels (2004). (PAIVA, 2007, p. 135)

Paiva (2007) não faz distinções de tipos de comunidade. Para ela, na vida comunitária

[...] tem-se a possibilidade da experimentação dos laços e vínculos entre seres humanos, entre seres humanos e o território, entre seres humanos e sua história, entre seres humanos e a natureza, entre seres humanos e o cosmo. (PAIVA, 2007, p. 136)

Paiva (2007) complementa que “talvez o viés mais evidente desta vinculação se mostre em toda a área conectada com a *comunicação comunitária*”. (PAIVA, 2007, p. 137)

Assim, os veículos de comunicação comunitária se fazem cada vez mais pertinentes no contexto brasileiro, “onde a questão fundiária se conjuga com favores estatais e negócios privados nos setores que poderiam e deveriam ser de acesso público. Vide saúde, educação e, por que não, também a mídia.” (PAIVA, 2007, p. 36)

Peruzzo traz uma definição mais sistemática, mas que se assemelha muito à de Paiva:

a) um processo de vida em comum por meio de relacionamentos orgânicos e certos graus de coesão social; b) auto-suficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade, embora não seja excludente); c) cultura comum; d) objetivos comuns; e) identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros; f) consciência de suas singularidades identificativas; g) sentimento de pertencimento; h) participação ativa; i) lócus territorial específico; e j) linguagem comum (PERUZZO, 2006, p. 130).

Para Peruzzo (2006), não necessariamente todas as características devem aparecer simultaneamente em uma comunidade, especificamente nos dias atuais, em que o conceito de comunidade parece fazer referência a espaços cada vez maiores.

Tavares (2004) alerta para o fato de que comunidade em nosso país não é vista – como no verbete de dicionário - só como uma agremiação qualquer. Ela vincula a comunidade a um tipo de organização popular unificadora de desejos,

[...] um espaço que as pessoas construíram com as próprias mãos, na luta, na ocupação (...) Comunidade tem significado diferente de favela, normalmente tida como lugar desorganizado, onde as pessoas unicamente sobrevivem. Talvez hoje, no Brasil, poucas sejam as favelas, na medida em que a organização popular amplia e se espalha. (TAVARES, 2004, p. 15-16)

Tavares (2004) concorda que o povo pobre é o que mais vive em comunidade, porque depende da ajuda dos outros.

Na comunidade, o aparente caos é unicamente superfície. Ali, a solidariedade se faz concreta, em ações cotidianas, como emprestar uma xícara de arroz, comprar fiado na venda, providenciar um enterro ou cuidar do filho da vizinha que sai para trabalhar. (TAVARES, 2004, p. 16)

Se no período histórico analisado por Tönnies (op. cit.) a comunidade era o modo hegemônico, hoje a vida comunitária se constituiria, para Tavares (2004), numa opção contra-hegemônica:

Viver em comunidade é apostar que é possível viver no encontro, na partilha, ao contrário do que nos remete a chamada globalização ou a pós-modernidade, tipo de sociedade na qual cada um vive no seu

canto, em solidão, buscando soluções individuais. (TAVARES, 2004, p. 16)

Para Marques de Melo, há poucas comunidades no Brasil e o rádio seria “o” meio de comunicação adequado para potencializar sua organização, uma vez que

[...] inexistente vida comunitária no país, pelo menos no que se refere às áreas urbanizadas e alfabetizadas, pois a nossa estrutura política, autoritária e desmobilizante, não tem permitido a disseminação dos ideais democráticos, indispensáveis a qualquer aglutinação comunitária [...] Talvez as experiências propriamente comunitárias no Brasil (além das sociedades tribais, isoladas da sociedade nacional) sejam aquelas que encontram na miséria um fator de aglutinação [...]. (MARQUES DE MELO, 2006, p. 131)

Pode-se dizer que a maioria das definições citadas anteriormente juntam a questão da vizinhança à espiritual (TAVARES, 2004; PAIVA, 2007; PERUZZO, 2007). Entretanto, considerando-se que a palavra vem ressurgindo ultimamente, principalmente na Internet, a palavra comunidade, na atualidade, é um tanto ambígua, já que não há uma clareza conceitual.

2.3.3 Rádios comunitárias e o jornalismo

Neste subitem faremos uma breve contextualização histórica do seu surgimento e apresentaremos alguns conceitos de rádio comunitária.

Antes da década de 50, na América Latina, “os povos indígenas, sindicatos, universidades, igrejas e movimentos sociais despertaram para o uso popular e comunitário do rádio.” (COGO, 1998, p. 57). A primeira experiência se deu em 1947 na Colômbia, com a rádio Sutatenza, num povoado de mesmo nome, no departamento de Boyocá. É uma rádio católica, mas na verdade surgiu por iniciativa conjunta do sacerdote Salcedo e dos camponeses, e servia a propósitos educativos. Paralelamente, por volta de 1946, surgiram as rádios mineiras, na Bolívia, cujo maior propósito era mobilizar os trabalhadores das minas. A exemplo da Igreja Católica, os sindicalistas buscavam, mediante o uso regular do rádio, ampliar sua influência, sua base social de apoio, cegar ao maior número de ouvintes, fazendo-se ouvir e

fortalecendo, com isso, suas organizações através de um trabalho de agitação e propaganda. (COGO, 1998)

Entretanto, tanto as rádios mineiras quanto as católicas usavam um modelo de comunicação vertical. As rádios comunitárias só conseguiriam se reinventar na década de 70, baseado no modelo de educação popular (COGO, 1998). No Brasil, na década de 80, se deram uma série de experiências de rádios livres, com ou sem propósitos políticos. A maioria foi submetida à repressão.

A rádio comunitária tem de ser vinculada a uma entidade sem fins lucrativos, como uma Associação Cultural ou de Moradores, precisa ter um Conselho Comunitário com no mínimo cinco entidades, e sua potência é reduzida a 25 watts, e o alcance pode chegar ao máximo de 1 km (embora, em realidade a potência de 25w enseje um alcance muito superior a 1 km). Ela não pode ter vínculo com instituições políticas ou religiosas. Isso é o que diz a Lei nº 9.612, de 1998.

Conforme o artigo 3º da Lei 9.612, a radiodifusão comunitária tem os seguintes objetivos:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Então, se analisarmos a legislação, a rádio comunitária se diferencia da rádio comercial exclusivamente pela sua abrangência reduzida e pela falta de direitos, como o de não ter sua frequência invadida, conforme o artigo 22 da Lei 9.612, que merece ser reproduzido:

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Já quando acontece o contrário, a rádio comunitária “invade” o sinal de outro veículo, está sujeita a punição:

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Nunes (2007) afirma que a lei serviu para favorecer a sobrevivência de emissoras “comunitárias” comandadas por políticos e comerciantes, que são os que tem recebido autorização legal para funcionamento, pois contém inúmeros entraves:

[...] restrição da potência do transmissor, definindo as regras de participação da sociedade civil, vetando a formação de redes, impedido a utilização de publicidade, praticamente inviabilizou a existência da maior parte das experiências autenticamente comunitárias [...] (NUNES, 2007, p. 107)

Aparentemente Paiva (2007) vincula o surgimento de rádios comunitárias à comunidade do tipo definido por Tavares (op. cit.), uma vez que “o surgimento e existência desses novos veículos dão-se exatamente como uma resposta das populações à galopante ausência do Estado no cotidiano da comunidade, em especial no campo educacional”. (PAIVA, 2007, p. 144)

Outra problemática enfrentada por quem ousa fazer rádio comunitária é a repressão do Estado Brasileiro, que não garante o direito à comunicação. Segundo Nunes (2007), durante o governo Lula, praticamente todas as rádios comunitárias que não estavam legalizadas foram fechadas.

Todas essas limitações dessas comunidades e do Estado Brasileiro impactam com muita força no jornalismo, que é uma atividade que exige um profissional especializado, e que tem um custo operacional elevado. Ademais, há outras limitações que são decorrentes da cultura brasileira, onde o veículo está inserido, que favorece mais “o autoritarismo e a delegação de poder” (PERUZZO, 1999, p. 74) do que a resolução coletiva dos problemas.

Como já mencionamos, indústria cultural exerce um papel de educadora, de modo que, embora não se possa dizer que essa educação somente para o mal, há

que se considerar que os valores propagados por ela remetem ao neoliberalismo e reforçam os valores supracitados.

Os poderosos não ignoram ser a comunicação comunitária uma poderosa “força contra-hegemônica no campo comunicacional” (PAIVA, 2007, p. 137).

Hegemonia é um termo militar que “deriva do grego *eghestai*, que significa conduzir, guiar, liderar” (PAIVA, 2007, p. 138). O conceito foi utilizado pela primeira vez por Lenin, a fim de designar a soberania política. Gramsci o ampliou para outros campos (PAIVA, 2007).

Desta maneira, pode-se considerar que o conceito de hegemonia inclui o de cultura, de ideologia e de direção moral. O conceito, assim entendido, desloca-se do plano político para o da supremacia da formação econômico-social, isto é, da sociedade como totalidade. (PAIVA, 2007, p. 138)

Nada mais justo então do que aplicarmos este aforismo ao jornalismo comunitário, já que este precisa dialogar com outros campos como o cultural, político, social.

Peruzzo (2007) vê a rádio comunitária como um poderoso meio de desenvolvimento de uma comunidade (ela entende o desenvolvimento de uma forma mais ampla, que passa pelo social, econômico, visando o desenvolvimento do ser humano). Baseando em pesquisas realizadas em rádios por todo país, ela mostra que a rádio é um instrumento de educação formal, não-formal e informal. Assim, pode assumir o caráter de educação para a mídia (crítica de mídia), utilização de ferramentas de comunicação no ambiente escolar (radioescola, por exemplo). Acrescentamos que a educação para a mídia pode assumir um caráter propositivo se for introduzida a prática do jornalismo comunitário, contribuindo, além do mais, para a realização de uma das (esquecidas) funções da escola: formar cidadãos.

Para além disso, o educando se beneficia em diversos aspectos: fortalecimento da auto-estima, crítica aos meios (desmistifica-se os grandes meios através do conhecimento empírico das possibilidades de manipulação), aumento da consciência crítica e da sociabilidade (PERUZZO, 2007). Em realidade, os veículos de comunicação comunitária constituem um dos poucos canais que permitem o que Peruzzo (1999) chama de participação-poder, isto é, as rádios comunitárias permitiriam o grau mais alto de participação: na emissão das mensagens,

programação, planejamento e gestão.

A perspectiva educacional e formativa é prerrogativa primeira de um veículo comunitário, e, por esta razão mesmo, sua atividade não se esgota na mera produção de mensagens noticiosas. [...] (PAIVA, 2007, p. 144)

Aliás, a autora atenta para um aspecto importante: não só a rádio comunitária tem a prerrogativa de ser educativa: “a função educativa é obrigatoriamente inerente aos veículos de comunicação” (PAIVA, 2007, p. 144). No caso dos veículos comunitários, a abrangência dessa função educativa é maior, visto que além da recepção, incide na prática da comunicação. E, no jornalismo comunitário, também envolve um quefazer específico que envolve obrigatoriamente a interação com outros campos da sociedade, potencializando a experiência educacional.

Em segundo lugar, Paiva (2007) afirma que a mídia já tem cumprido seu papel de educadora, como mencionamos anteriormente:

[...] para o bem e para o mal, esta proposta já vem sendo realizada, uma vez que os meios de comunicação, em especial a tevê e o rádio, têm sido responsáveis pela compactação cultural das populações nas grandes cidades, difundindo normas de conduta, ao lado de uma estimulação consumista cada vez mais forte. (PAIVA, 2007, p. 144)

A partir dessa observação, pode-se, inversamente, pensar em seu potencial de mudança cultural, que ocorrerá a partir da conscientização dos sujeitos (FREIRE, 2002).

A terceira colocação de Paiva (2007) diz respeito justamente à desconexão da mídia com o humanismo: “entende-se que os veículos de comunicação, em especial os pertencentes aos grandes conglomerado midiáticos, distanciam-se progressivamente da sua precípua tarefa de aprimoramento da condição humana”. (PAIVA, 2007, p. 144-145). O outro jornalismo deve tomar também essa tarefa para si, desenvolvendo práticas pedagógicas e políticas que valorizem o ser humano nas suas múltiplas dimensões.

Para o indivíduo dessa comunidade, o jornalismo comunitário não pode ficar restrito à transformação da sociedade como um todo: há que se ter algumas doses de pragmatismo. Aliás, para nenhum veículo de comunicação, seja ele comunitário

ou não. No caso de uma comunidade marginalizada, põe-se na pauta da comunicação comunitária o atendimento das necessidades mais básicas: alimentação, saneamento básico, saúde e educação, não só pelo viés da luta social. Enquanto se faz a luta, as pessoas precisam sobreviver de algum jeito, então é fundamental que o jornalismo pautar a solidariedade e as questões do cotidiano, visando o bem-estar individual e coletivo.

A comunicação comunitária também se configura numa forma de “redescritção do sujeito como tarefa inclusiva necessária e fundamental para a construção de novas relações entre os povos” (PAIVA, 2007, p. 141), conforme o pensamento do filósofo americano Richard Rorty. Assim, se trata de dois movimentos:

O primeiro é a capacidade de recontar histórias em que os indivíduos estão inseridos, de maneira que eles possam se perceber como participantes na construção da história coletiva e, conseqüentemente, possam se qualificar como membros da comunidade atual, resultante desse processo histórico. O segundo movimento refere-se à mudança do próprio vocabulário pelo qual são expressas as histórias individuais, coletivas, passadas e presentes. [...] Segundo Rorty, estes dois movimentos, recontar a história e redescrever a si próprio, seriam capazes de operar uma verdadeira revolução lingüístico-pragmática. (PAIVA, 2007, p. 141)

Para que o jornalismo comunitário realize todo o seu potencial, são necessárias mudanças culturais. Para estas tarefas essenciais tanto por sua dinamicidade, quanto devido à sua natureza dialógica, informativa e contextualizante. Assim, através dele é possível não apenas recontar a história das comunidades, mas também relacioná-la ao seu presente e às projeções do futuro, dando as condições para a ação política.

3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender o fenômeno da prática do jornalismo numa rádio comunitária, compreendemos com base em Gil (1995) que a modalidade de pesquisa mais adequada é a pesquisa qualitativa, uma vez que envolve seres humanos.

A experiência está marcada pela qualidade, as características dos sujeitos, os atores, homens ou mulheres que as vivem. Pessoas que temos expectativas, sonhos, temores, esperanças, ilusões, idéias e intuições. [...] (HOLLIDAY, 2006, p. 228)

A metodologia utilizada é a pesquisa participante. Explicaremos neste capítulo nossa opção de pesquisa. Durante muito tempo se acreditou que as ciências sociais deveriam seguir o modelo das ciências naturais, isto é, almejar a neutralidade e a objetividade acima de tudo. Os fatos deveriam ser examinados como se fossem coisas.

Na perspectiva positivista, os fatos sociais devem ser examinados com o mesmo distanciamento e frieza com que um entomologista observa seus insetos. Entre o cientista que estuda a sociedade e a sociedade estudada por ele, o único ponto de contato é o próprio instrumental de observação e de análise escolhido e manipulado exclusivamente pelo pesquisador. (OLIVEIRA&OLIVEIRA, 2006, p. 22)

Entretanto, a história não tardou dizer a que(m) serve a neutralidade acadêmica.

Na verdade, esta ciência que se queria neutra, apolítica e descomprometida acabou sendo utilizada cada vez mais como uma ferramenta de engenharia social. Empregados por agências governamentais, os cientistas sociais contribuíram para a implantação gradual de toda uma série de instituições de controle social – desde a escola e o hospital até o asilo psiquiátrico e a prisão – cuja finalidade é modelar o comportamento de todos pelos padrões

de normalidade definidos pelos donos do poder. (OLIVEIRA&OLIVEIRA, 2006, p. 22-23)

Assim, logicamente os que se alinham a outro projeto de sociedade, anti-capitalista, adotarão outra prática de pesquisa. Em vez de fazer um mero retrato isento da realidade a fim de reforçar a coesão social (OLIVEIRA&OLIVEIRA, 2006), a idéia é outra:

O que nos interessa é mergulhar na espessura do real, captar a lógica dinâmica e contraditória do discurso de cada ator social e de seu relacionamento com os outros atores, visando a despertar nos dominados o desejo da mudança e a elaborar, com eles, os meios de sua realização. (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2006, p. 25)

Para que o que foi dito acima possa ser efetivado, há que se buscar novos conceitos de objetividade e rigor científicos.

Diante de uma realidade marcada por relações de dominação e de privilégio entre pessoas e grupos sociais, objetividade não pode mais ser sinônimo de descomprometimento e de imparcialidade, sob pena de se transformar em cinismo e insensibilidade. Diante da oposição entre dominantes e dominados, ser objetivo significa reconhecer analisar este enfrentamento inscrito na realidade e colocar-se a serviço da superação das estruturas que mantêm ou reforçam o autoritarismo e a desigualdade. (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2006, p. 26)

Por isso a pesquisa participante segue uma lógica diferente de produção. Privilegia a cooperação e a solidariedade, em detrimento da competição; o protagonismo dos “pesquisados” em detrimento das inclinações do pesquisador; a transformação social em detrimento do reformismo (BRANDÃO, 2006).

Para isso, faz-se necessária, através de uma experiência de criação coletiva, a superação das dicotomias pesquisador/pesquisado, sujeito/objeto (BRANDÃO&STRECK, 2006). A pesquisa participante é ao mesmo tempo utopia e realidade, e congrega humanismo à valorização dos saberes populares, trata-se de uma

[...] aventura perigosa, mas historicamente urgente e inevitável, da criação de redes, teias e tramas formadas por diferentes categorias entre iguais/diferentes sabedores solidários do que de fato importa saber. (BRANDÃO&STRECK, 2006, p. 12-13)

Pode-se dizer que a pesquisa participante não termina nunca, pois obviamente esta teia segue gerando ramificações mesmo depois que o pesquisador sai de cena.

[...] sempre importa conhecer para formar pessoas populares motivadas a transformar os cenários de suas próprias vidas e destinos, e não apenas para resolver alguns problemas locais restritos e isolados, ainda que o propósito mais imediato da ação social associada à pesquisa participante seja local e específico. (BRANDÃO&STRECK, 2006, p. 45-46)

Uma cantiga de roda oriunda dos movimentos sociais (“A luta é como um círculo, pode começar em qualquer ponto, mas não termina nunca”) poderia muito bem servir para a pesquisa participante. Bastaria substituir “a luta” por “a pesquisa participante”. A métrica que não ia ficar bem, mas aí já é outra história. “A pesquisa participante é como um círculo, pode começar em qualquer ponto, mas não termina nunca”.

Brandão e Streck (2006) enumeram os quatro propósitos integrados pela pesquisa participante:

- a) ela responde de maneira direta à finalidade prática a que se destina, como um meio de conhecimento de questões sociais a serem participativamente trabalhadas;
- b) ela é um instrumento dialógico de aprendizado partilhado e, portanto [...] já possui organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora;
- c) ela participa de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber popular e, no limite, poderia ser um meio a mais na criação de uma ciência popular;
- d) ela partilha, com a *educação popular*, de toda uma ampla e complexa trajetória de empoderamento dos *movimentos populares* e de seus integrantes. (BRANDÃO&STRECK, 2006, p. 46)

Utilizaremos como técnica metodológica a entrevista, que complementou a observação participante realizada desde abril de 2011 durante as oficinas anteriores à criação do programa e depois durante o processo de produção (o primeiro

programa foi ao ar em agosto). Entrevistamos quatro pessoas, dois integrantes do “Repórter Comunitário”, Alexssandro Magalhães e Tereza Gindri, um ex-integrante, Bruno Pietroski, e o diretor geral da Rádio Ipanema Comunitária, Doraci Engel, a fim de contar a história da rádio e sistematizar parte da experiência do programa ““Repórter Comunitário””.

Entendemos a entrevista como uma tentativa de dialogar, como uma forma coletiva de produzir conhecimento, e não como mero artifício de colocar respostas.

Nosso norte é a definição de Cremilda Medina:

Sua maior ou menor comunicação está diretamente relacionada com a humanização do contato interativo: quando, em um desses raros momentos, ambos – entrevistado e entrevistador – saem “alterados” do encontro, a técnica foi ultrapassada pela “intimidade” entre o EU e o TU. (MEDINA, 1990, p. 7)

Quando a entrevista logra modificar entrevistado e entrevistador, alcançou-se o Diálogo Possível (MEDINA, 1990).

Muitos “Diálogos Possíveis” foram realizados na própria feitura do jornal. Embora não apareçam diretamente neste trabalho, sem eles certamente não teríamos abordado diversos assuntos nas entrevistas realizadas de maneira formal.

4 A RÁDIO IPANEMA COMUNITÁRIA

A rádio Ipanema Comunitária, localizada na Zona Sul de Porto Alegre, abrange o bairro Ipanema (um bairro predominantemente de classe média) e arredores. A programação começou a ser transmitida em 2007. Entretanto, a rádio começou a se constituir bem antes, com especificidades que reverberam até hoje. Nesse capítulo abordaremos um pouco da história da Rádio e descreveremos sua situação atual. Portanto, o capítulo será dividido em duas partes, que se entrelaçam formando o ambiente em que brotou o jornalismo comunitário.

4.1 A HISTÓRIA

Em 2002 foi fundada a Associação Cultural Rádio Comunitária do Bairro de Ipanema, a pessoa jurídica da rádio, e em 2007 iniciaram as transmissões.⁵

A rádio Ipanema Comunitária, como todo veículo comunitário, foi fruto de um processo de luta social, neste caso “[...] pela preservação do patrimônio histórico, ambiental e cultural do bairro, num movimento intitulado SOS Ipanema. [...]”⁶.

Neste caso, o mote inicial não era o direito à comunicação, como é de praxe (caso de comunidades de periferia que são criminalizadas pela classe dominante através de seus aparelhos privados de criação de hegemonia), mas sim o direito ambiental. Mas, no final das contas, foi o direito à comunicação que prevaleceu.

O processo de luta que uniu o grupo que veio a criar a rádio teve início em 2001, quando alguns moradores de Ipanema descobriram que a construtora Maiojama Participações Ltda. estava encaminhando a criação de um grande empreendimento imobiliário na Orla do Rio Guaíba, às margens do Arroio Espírito

⁵ A rádio foi autorizada pela Portaria nº 203, de 11 de março de 2005, do Ministério das Comunicações. Disponível em: <<http://ipanemacomunitaria.blogspot.com/2009/10/quem-somos.html>> Acesso em: 4/11/2011

⁶ Disponível em: <<http://ipanemacomunitaria.blogspot.com/2009/10/quem-somos.html>> Acesso em: 4/11/2011

Santo, numa Área de Preservação Permanente. Era uma luta em defesa dos bens naturais, portanto. Uma luta anti-capitalista muito comum em nossos tempos, visto que a estratégia de acumulação do capital que predomina nos nossos dias é aquela via expropriação (ver HARVEY, 2003).

Devido ao fato da construtora ser propriedade do Grupo RBS⁷, que é essa luta sofreu um bloqueio midiático, como ocorre a diversos movimentos sociais cujas pautas batem de frente aos interesses do capital, como lembra Doraci: “[...] aquele movimento teve um boicote terrível da mídia que, como a gente sabe, é comprometida com a construção civil até hoje”.

Entretanto, apesar de sua pauta não ter entrado na agenda da grande mídia, o movimento conseguiu emplacar a pauta na agenda de ONGs ambientalistas e, conseqüentemente, do Ministério Público e o projeto foi rediscutido, como explica Doraci.

[...] com relação àquele empreendimento específico o fato é que nós conseguimos parar o processo, a obra não ocorreu, não ocorreu até agora, ou seja, mais dez anos depois. A questão está em Brasília e deve estar sendo decidida favoravelmente aos empreendedores, que é a Maiojama, da RBS.

O edital para a abertura de rádios comunitárias abriu em 2002, o segundo e último para a cidade de Porto Alegre, como lembra Doraci, que teve acesso à informação devido ao fato de ser jornalista e se interessar pelas questões da democratização da comunicação. Ele propôs ao grupo que se pleiteasse a concessão, pois achava que “seria interessante para potencializar a mobilização que a gente tava tendo”.

⁷ “Em termos de propriedade direta de veículos, o grupo gaúcho RBS é a terceira maior organização de mídia privada do Brasil. São 57 veículos entre rádios, emissoras de TV e jornais. Possui também negócios na área de TV por assinatura, internet, mercado editorial e indústria fonográfica. O alcance real de seus produtos, entretanto, é reduzido devido à atuação concentrada exclusivamente nos estados de RS e SC. O número de veículos distribui-se de forma equilibrada, com predomínio no rádio FM (21 emissoras) e na televisão (18 emissoras). Além das geradoras de TV, possui 259 retransmissoras nos dois estados. [...]” Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/grupo/21409>> Acesso em: 4/11/2011

Assim, embora tenha sido autorizada pela Portaria nº 203, de 11 março de 2005, do Ministério das Comunicações, a rádio não poderia começar a operar: era necessário aguardar a outorga, que veio a ser emitida somente em 2007. Nesse período, segundo Doraci, foi um tanto enfadonho "reunir as pessoas para discutir algo que não existe". A autorização ficou na Casa Civil por dois anos até ser enviada para o Congresso Nacional. "Isso porque nós não pedimos arrego para nenhum parlamentar", orgulha-se Doraci.

Durante seis meses, na segunda metade de 2006 e no início de 2007, os moradores envolvidos fizeram testes, "brincaram de rádio", conforme Doraci. "Foi bacana para desmistificar o processo, deu para ver que a coisa era muito mais simples do que parecia".

Era na minha casa, transmitia lá do porão da minha casa. Então era transmitido só para ir testando equipamentos, *softwares*, [...] E simultaneamente a gente vinha fazendo as reuniões, porque nós não tínhamos outorga ainda, então quando a outorga veio nós entramos no ar no dia seguinte, ou quase.

Também antes da rádio entrar no ar foram estabelecidas diretrizes que permanecem praticamente as mesmas até hoje. As diretrizes da programação são as seguintes:

Contribuição cultural – Serão privilegiados os programas que contribuam para o aprimoramento cultural da comunidade. Fórmulas de sucesso das emissoras comerciais, modismos de qualquer natureza serão descartados da programação.

Profundidade – Os programas devem resultar da pesquisa sobre os temas abordados.

Abrangência – Terão preferência os programas que possam atingir a todos e não somente a um segmento.

Interesse público – Serão priorizados os programas que veiculem informações relacionadas com o cotidiano da comunidade, úteis para o dia-a-dia das pessoas.

Criatividade – Os programas da emissora devem se diferenciar das soluções utilizadas pelas rádios comerciais. Seja para driblar a eventual carência de recursos ou para estabelecer inovações na arte da radiodifusão, a criatividade será indispensável.

Ineditismo - Serão privilegiadas as propostas de programas inéditos, com formatos e temáticas diferentes dos já existentes na

programação da emissora, bem como dos transmitidos em outros veículos de comunicação.

As diretrizes contemplam basicamente o que determina a legislação, e incluem outras questões consideradas essenciais por Doraci.

[...] nós complementamos com diretrizes nossas, tipo assim: criatividade, profundidade dos programas, que eles sejam resultado de pesquisa, ou seja, que haja algum tipo de vinculação do sujeito que faz o programa com o tema que ele vai desenvolver.

No entanto, o diretor da rádio afirma que os programas não precisam necessariamente se encaixar em todas as diretrizes: uns se encaixam mais numa, outros noutra.

Percebe-se, porém, que a questão da “contribuição cultural” é uma cláusula pétrea da rádio, visto que praticamente não há, entre os programas, algum que seja idêntico aos das rádios comerciais. A vontade do ouvinte é moldada pela cultura de massa, entretanto, para mudá-la faz-se necessário estabelecer um diálogo com a mesma. Então se pode dizer que a Rádio Ipanema Comunitária dialoga somente com uma parte dos seus ouvintes, que não são os que ouvem funk carioca, sertanejo universitário ou pagode. Além dos programas, há outro espaço em que isso se manifesta: os espaços vagos, em que é tocada uma seleção feita por Doraci, que pesquisa música há 20 anos.

A rádio foi ao ar pela primeira vez em maio de 2007. A fundação foi feita simultaneamente a uma reunião da Associação de Moradores do bairro Ipanema (AMBI). Em seguida foi criado o Conselho Comunitário (as nove entidades⁸ que o compõe se mantém as mesmas até hoje) e começaram a surgir as propostas de programas.

⁸ As entidades são: “a Associação de Moradores do Bairro Ipanema, o Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda, Vilas Assunção e Conceição, o Clube do Professor Gaúcho, o Colégio Marista Ipanema, a Associação dos Moradores do Sétimo Céu, a Creche Nossa Senhora Aparecida, o Conselho Consultivo do Parque Natural do Morro do Osso e a Associação Atlética Banco do Brasil Porto Alegre”. Disponível em:

<<http://ipanemacomunitaria.blogspot.com/2009/10/quem-somos.html>> Acesso em: 04/11/2011

No primeiro ano da rádio também houve uma “crise original”, na qual os participantes divergiram em relação ao que seria uma radcom. Mas, na verdade não se tinha informações suficientes para formar a opinião. “A gente se deu conta que nós estávamos divergindo sobre questões pessoais, sobre, sei lá, confusões, um era um mais confuso que o outro”, diz Doraci.

A crise original fez com que se quebrasse o paradigma da democracia representativa: o voto; e passassem a adotar o consenso, com as democracias do Norte europeu, os guaranis e os neo-zapatistas. Assim, não se decide nada sem antes esgotar o debate.

Isso de alguma maneira foi interessante porque amadureceu o nosso debate e também criou um ambiente muito favorável, que não é um ambiente de disputas, muito favorável, porque a rádio depende do engajamento voluntário das pessoas, esse ambiente não sobreviverá nas disputas políticas eleitorais. As pessoas simplesmente vão se afastar.

As falas do Doraci evidenciam o que traz Peruzzo (1999) quando fala que a participação não é dada, mas precisa ser construída.

4.2 A RÁDIO HOJE

A rádio está localizada na Av. Juca Batista, 231/304, numa sala pequenina. Não há nenhuma indicação de que ali existe uma rádio comunitária, já que, como pagam um aluguel módico, o proprietário não permite que se coloque uma placa (há outros estabelecimentos no prédio que monopolizam a fachada). As estratégias de divulgação abrangem o Sarau Comunitário (no ano de 2011 ocorreram três), a adoção de praça (onde pretendem colocar uma placa), camisetas e adesivos.

Além do programa da divulgação, Doraci menciona a questão da interferência no sinal por outras rádios: uma comercial, a Gaúcha, do grupo RBS (93.7) e uma comunitária, a Rádio Fraternidade, do município de Guaíba, cujas ondas vem propagadas pelo rio Guaíba.

A Ipanema Comunitária possui 52 associados e 17 programas na grade. Os associados se reúnem trimestralmente para fazerem a avaliação dos programas, Doraci comenta que há entre eles pessoas que tem programas (que são a minoria) e

outras que não, mas que fazem parte de entidades da região, o que torna o debate enriquecedor:

[...] essas pessoas que fazem programas elas de alguma maneira qualificam o debate cultural, porque elas estão envolvidas com determinadas manifestações [...] e o pessoal que tem vinculações com outras entidades qualifica o debate político. [...] acho que esse é o grande valor da rádio comunitária, é proporcionar um espaço de discussão de assuntos da comunidade [...], porque aí nesse ponto a rádio comunitária se distingue de qualquer outro veículo de comunicação, que não tem essa discussão.

Conforme o planejamento estratégico da entidade, há duas metas relacionadas à programação da rádio, uma relacionada à comunicação dialógica.

Uma é vinculada com aquela utopia da comunicação dialógica, ou seja, de fazer com que o ouvinte seja também o produtor, do conteúdo, da informação, justamente para quebrar essa divisão social do trabalho entre produtores e consumidores, que é o modelo do sistema comercial, então a gente atua fortemente nisso, em torno dessa meta de possibilitar que as pessoas se utilizem da rádio independente de qualquer formação anterior, ou conhecimento, etc. e tal., para desenvolverem suas idéias, seus projetos de comunicação, isso tá funcionando muito bem [...]

Para Doraci, o termômetro do que fazer com relação à programação se dá nas avaliações do grupo de associados, diferentemente das rádios comerciais, que se utilizam de pesquisas de audiência.

A gente faz esse debate, obviamente, tendo em vista o interesse do ouvinte, mas o interesse do ouvinte ele é subentendido, ele não é o que determina a programação. Tem outros valores mais importantes, e isso acho que é um grande valor da rádio comunitária, da ela não precisar se dobrar à suposta vontade do ouvinte. Ou seja, isso em parte ocorre também nas TVs e rádios públicos, que também tem... mas frequentemente é ameaçado.⁹

⁹ Doraci lembra do episódio em que a Câmara dos Deputados praticamente cassou a legitimidade do conselho da TV Brasil de decidir sobre programação, que eles aprovaram a permanência de programas religiosos na grade de programação, contra a decisão do conselho da TV Brasil, que é o órgão interno da TV que discute a programação. “Então o legislativo vai decidir no voto, entendendo todos aqueles interesses que a gente conhece, o que é culturalmente relevante para os telespectadores da TV Brasil. Isso é uma lástima!”

Esse desprezo por pesquisas de Ibope é, claramente, uma rejeição à grande mídia e aos seus mecanismos de medição de audiência a fim de fazer programas que a agradem e obter maiores lucros. Embora não seja essa a finalidade da rádio comunitária com “C” maiúsculo, é necessário que a mesma conheça seus receptores, não para auferir lucros, e sim a fim de dialogar com o mesmo.

A outra meta estabelecida diz respeito a um “serviço de informações locais”. É nesse contexto que surge o “Repórter Comunitário”.

4.2.1 “Repórter Comunitário”

A primeira edição do programa foi ao ar dia 30 de agosto de 2011, após uma seqüência de oficinas realizadas desde maio no bairro Ipanema. Essas oficinas abordaram a construção do texto radiofônico, principalmente. Foram dadas algumas noções de locução, entretanto pouco se falou sobre apuração das matérias.

Do pequeno grupo que participou, vieram a contribuir no programa Norma, Souza, funcionária pública, Bruno Grassi Pietroski, estagiário e estudante, Alexssandro Gonçalves Magalhães, ator, e Tereza Gindri, dona-de-casa, sob a coordenação da jornalista Ana Barros. Deste grupo, apenas Alexssandro e Bruno não contribuiriam com matérias: este último ficaria na técnica, enquanto o primeiro, na locução e, eventualmente, traria alguma notícia. O programa é semanal e vai ao ar três vezes por semana, salvo exceções (decorrentes de problemáticas que serão analisadas a seguir). Para sua feitura, o grupo se encontra uma vez na semana, o que, no início, era bem problemático. A reunião era nas segundas-feiras ou quartas, às 19h30, e, por vezes, terminava depois das 23h, gerando uma tensão entre os participantes, decorrente da exaustão. Esse foi o motivo alegado por Bruno quando deixou a equipe.

O “Repórter Comunitário” tem o formato de um radiojornal, mas geralmente não há muitas matérias. Às vezes há apenas duas matérias, outras vezes 3, 4, 5... A linguagem não é muito rígida, mas os repórteres buscam que ela seja simples e direta. O tamanho das matérias não tem um padrão sacramentado, mas cuida-se para que elas não ultrapassem muito os cinco minutos, o que, por vezes, gera

conflitos, como quando Norma trouxe duas matérias que davam conta de uma série de questões sociais – uma era sobre a retirada de um grupo de famílias pobres que residem no Beco do Riacho Capivara, no bairro Ipanema; outra era sobre a manifestação pelo reassentamento das famílias que serão despejadas no Cristal na área do *Jockey Club*. Esta última ficara com mais de 15 minutos, e tinha sonoras dela e de um entrevistado, somente. Norma não desejava cortá-la, apesar dos argumentos do Doraci e a bolsista, segundo os quais seria insustentável ouvir uma só pessoa por mais de cinco minutos. A repórter disse que se sentiu seu trabalho desvalorizado com a postura adotada pelos dois. Reclamou que nem sequer haviam ouvido a matéria, que continha informações importantes. De fato, o corte não foi muito refletido, pela questão do tempo reduzido, mas visava enquadrar a reportagem nas normas jornalísticas.

Apresentado por Norma e Alexssandro, o primeiro programa teve as seguintes pautas: “Segurança no trânsito em Ipanema, moradores fazem abaixo-assinado para a colocação de mais semáforos” (Terezinha), “Desativado ponto de prostituição na esquina da Juca Batista com a Osvaldo Cruz” (Ana Letícia, estudante de jornalismo, participação especial), “População do bairro Ipanema permaneceu praticamente inalterada na primeira década do século XXI” (Norma).

Não vamos fazer análise de conteúdo. Apenas das rotinas produtivas e como esta prática se relaciona e se manifesta como uma prática de jornalismo comunitário. Abordaremos, a seguir, o perfil de cada repórter, suas práticas de reportagem e seu envolvimento com a rádio e suas idéias e percepções de rádio comunitária/comunidade.

5. O JORNALISMO NA VOZ DA COMUNIDADE

Terezinha e Alexssandro são de gerações diferentes. Ela nasceu na década de 30, ele, na de 90. Quando ela nasceu o rádio começava a despontar, quando ele nasceu, era a internet.

Em que as experiências e percepções de jornalismo comunitário dessas duas gerações se assemelham? E no que elas diferem? É o que veremos a seguir.

5.1 “A COHAB NÃO É EXATAMENTE UMA FONTE DE NOTÍCIA”

Alexssandro Pietroski e Bruno Magalhães começaram a participar da rádio Ipanema Comunitária depois de freqüentarem, por cerca de dois meses, uma oficina de comunicação comunitária na Escola Estadual Odila Gay da Fonseca, localizada nas imediações da rádio, como contaram em entrevista concedida à autora em 29 de outubro de 2011 (na ocasião, Bruno não fazia mais parte do programa “Repórter Comunitário”).

Ambos sempre estudaram em escolas públicas e moram na zona Sul de Porto Alegre. Bruno fez todo Ensino Básico no Odila, mas mora no bairro Ponta Grossa, hoje é estagiário da Defensoria Pública do Estado e está matriculado num curso técnico. Alexssandro é ator de teatro, e mora no bairro Cohab Cavahada, onde estudou e residiu a maior parte de sua vida. Alex fez o Ensino Fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Leocádia Felizardo Prestes, na Cohab, somente no Ensino Médio foi estudar no colégio Odila. Não chegou a terminar o Ensino Médio, porque possui críticas ao ensino básico.

Eu não terminei porque realmente eu não tenho saco pra aturar o colégio, principalmente aqui, o Odila. É muita frescurinha... Eu acho, faz muito tempo que eu tenho essa ideia, que o sistema de ensino é muito desnecessário, é muita coisa desnecessária que acaba atrapalhando o aluno, em vez de ajudar.

Trabalhou desde os 14 anos, ajudando as irmãs a cuidarem seus filhos, aos 15 começou a dar oficinas de flauta doce na escola Leocádia no projeto Escola

Aberta. Uma das motivações pelo trabalho era ganhar dinheiro para comprar suas coisas.

Versátil, Alexssandro teve experiências pessoais e profissionais diversas – algumas delas envolvendo comunicação -, quando estudava na Escola Municipal Leocádia Felizardo Prestes:

Particpei do jornal do colégio, que agora não tem mais, cheguei a participar de um projeto de programa de rádio que teve lá no colégio também, até gravei alguma coisa para a antiga rádio comunitária da Vila Nova, da época que ainda era uma rádio autorizada.

Entretanto, antes de Doraci aparecer na escola fazendo o convite nas turmas do Ensino Médio, nenhum dos dois sabia onde ficava a rádio Ipanema Comunitária, como comenta Bruno: “Eu achava que a rádio era bem na esquina, onde é a CEE, que é um negócio gigante. O Alex também pensava, todo mundo pensava isso”.

Nas oficinas, Alex foi para o grupo da locução, Bruno, para o grupo da técnica (cujo único integrante era ele). Ele acha que não tem jeito para locutor, se acha meio atrapalhado para falar. Percebe-se que, embora a rádio faça um esforço de não se configurar como “rádio de comunicador”, e, no caso específico de Bruno tenha desmistificado a parte técnica - que é uma das funções da educomunicação apontadas por Peruzzo (2007) - certos mitos são mais difíceis de serem desmontados.

Nessas oficinas, ministradas por Doraci Engel, jornalista e diretor da rádio, tiveram noções de comunicação comunitária e também de jornalismo (aprenderam a fazer um lide, por exemplo).

Apesar de estudarem no mesmo colégio, foi durante as oficinas que os dois jovens se conheceram e descobriram que tinham algo em comum: o interesse por

animes e mangás, que, mais tarde, os levou a criarem o programa Otaku Desu, que vai ao ar todos os sábados.

Essas oficinas deram origem ao programa Comunidade Escolar, produzido pelos alunos da escola Odila. O programa trazia agendas da escola, interatividade e piadas. Alexssandro e Bruno contam que o programa foi tirado do ar devido a uma brincadeira levada a sério pela direção da escola:

Alexssandro – Porque alguém, que eu não vou pronunciar o nome, mas eu estou olhando nesse exato minuto [Bruno], disse que uma professora do Odila era manca, e aí os professores ficaram brabos.

Bruno – Só que tinha o seguinte: a professora tinha o consentimento que ela era manca, e eu brincava com ela por ela ser manca, e ela gostava. E ela não tinha problema, porque [...] a gente era tri amigo. E eu falava de brincadeira, entendeu? A mesma coisa que eu falar com o Alex que ele tem problemas na cabeça e outras coisas. [...] E a professora levou na brincadeira. [...]

Alexssandro – Todo mundo que brincou, brincou do mesmo jeito que brincava na aula.

Bruno – E o programa acabou por isso. E a parceria que o rádio tinha com o colégio acabou infelizmente, por uma besteira dessas. Tanta coisa séria que acontece por aí e eles podiam reclamar e eles não fazem. Eu acho sacanagem isso.

Embora a rádio comunitária tenha seus princípios, seja uma entidade social, isso não a exime de levar em conta as demais instituições da comunidade. Por conta disso, 25 estudantes, que faziam o Comunidade Escolar, jamais tornaram a participar da rádio. No entanto, a prova de que essa interferência das instituições da comunidade na rádio não é total é que tanto Alex quanto Bruno continuaram participando do programa Otaku Desu. “Eu acho que se o pessoal do grupo tivesse outro programa por fora talvez eles continuassem também”, diz Bruno.

Os dois possuem uma forte ligação sentimental com a rádio, inclusive Bruno diz que o sinal da rádio não chega ao bairro Ponta Grossa, mas que, embora não tenha o costume de ouvir rádio, ouviria a rádio Ipanema Comunitária, se fosse possível:

[...] se lá em casa pegasse a Ipanema, eu escutaria a Ipanema Comunitária, porque eu gosto muito do som que toca: é música boa de verdade! [...] Um programa que eu nunca ia perder é o de domingo, do Raimundo, é meio dia o Festa de Arromba, né? Claro, o

Otaku Desu... [...] mas tem muitos programas bons na rádio [...] o Porto A reggae, o Opera Mundi.

Já Alexssandro se mostra satisfeito ao dizer que muita gente na Cohab escuta a rádio.

Não sei antes, mas pelo menos graças ao Comunidade Escolar e ao Otaku Desu a gente conseguiu trazer um monte de gente pra rádio. Tem uma coisa que eu descobri: que lá na Cohab tem um monte de gente que ouve a rádio. Não pelo Otaku Desu, mas por outros programas, pela programação musical, que é muito boa. [...] Isso eu gostei bastante.

A rádio é vista pelos jovens como espaço de sociabilidade, o que fica evidente na fala abaixo, de Bruno, quando perguntado sobre o porquê de gostar tanto da rádio.

Não sei, é um espaço bom, entendeu? Eu gosto sempre de deixar as coisas organizadas. É o espaço que a gente traz os nossos amigos, o pessoal que vem dar as entrevistas e tal. E eu acho que a rádio tem tudo para crescer. A gente ta ajudando um pouco ela a crescer com o nosso programa. Não tanto, porque tem tantos programas aí que são geniais. [...] Eu acho que se o pessoal todo se ajudar vai ficar uma rádio legal, comprar um fone novo, comprar mais um microfone, coisas que eu e o Alex a gente ta desde o ano passado batalhando para conseguir patrocínio [apoio cultural], que a gente não tem ainda.

A participação dos dois rapazes tem uma motivação mais centrada na auto-promoção, de que fala Peruzzo (1999), que pode ser o primeiro estágio de empoderamento.

Mas os dois acreditam na rádio pelas suas potencialidades de unir os moradores de Ipanema e arredores, coisa que, para eles, ainda não aconteceu, tanto é que comentam que antes de qualquer coisa, querem “colocar união na rádio”.

Quando perguntados sobre suas respectivas concepções de comunidade, Alexssandro responde “união”, o amigo concorda e complementa:

[...] A Cohab eu vejo uma comunidade mesmo, o pessoal que é unido, tal. Eu gosto de lá, acho muito bacana a Cohab. Tu chega lá, tu ver o pessoal tudo hospedeiro, tal, o pessoal te dá bom dia, boa

tarde, boa noite quando tu passa. É uma coisa bem bairrista como antigamente. [...] Acho muito legal lá, tu passa pelas pessoas, por mais que elas não te conheçam, elas te dão oi, elas te cumprimentam. [...]

Bruno explica porque falou da Cohab, com base em sua vivência comunitária, quando criança no bairro Ponta Grossa:

o pessoal se falava, era legal, tinha aquela coisa de união entre os vizinhos. “Ah, vamo fazer aquela coisa na rua? Vamo!”, juntava os vizinhos e cada um ajudava um pouco. Não tem mais isso. Hoje cada um pensa no seu próprio bem, não liga pra isso. E na Cohab eu senti isso de novo. [...] Quando fala em comunidade, me vem à cabeça a Cohab.

Bruno vê características comuns entre o Morro de Osório (local onde tem parentes) e a Cohab, no sentido de que as pessoas se cumprimentam na rua, mesmo sem se conhecerem. Em Morro de Osório, diz ele, há ainda a questão do parentesco (todos são parentes), que contribui para o sentimento de comunidade. Aparece um dos sentidos de comunidade apontados por Tönnies, pouco lembrado na atualidade: a por parentesco.

Tu pode até passar horas conversando com o cara. E tu vai ver que tem algo em comum, que de repente, sei lá, o avô dele é irmão do teu avô. Alguma coisa assim. É muito engraçado. É bem legal.

Ele também compara a Cohab com Ipanema, com base em sua vivência quando estudante do Colégio Odila, “aqui em Ipanema tu pode conhecer alguém, o pessoal vira a cara para ti. [...]”.

Alexssandro ressalta o que o amigo expõe falando de sua experiência como morador de Ipanema por dois anos.

A única referência que eu tenho de comunidade mesmo é a Cohab, que foi o único lugar onde eu morei por muito tempo assim, que os outros lugares onde eu morei era fechado. Aqui na rua onde eu morei, em Ipanema, era um inferno. [...] Eu morei numa rua aqui perto da rádio que era uma desgraça, não se ouvia nem as moscas. Eu chegava do colégio [...] e nem via nada, porque ninguém fazia nada. Os vizinhos, morava na frente, ninguém cumprimentava o outro [...]. Ninguém se dava com ninguém, era só de olhar assim e deu. Mas lá na Cohab não, lá o pessoal é legal.

Alexssandro conta que sua família só foi morar em Ipanema porque não tinha encontrado nada na Cohab. Assim que o aluguel terminou, eles voltaram a morar na

Cohab. E durante o período que moraram em Ipanema, ele diz que passava mais tempo na Cohab do que em casa.

A definição de Alexssandro para comunidade é praticamente a mesma de Tavares (2004):

[...] uma coisa que eu vejo direto na Cohab: a minha mãe acorda às 7h da manhã pra fazer café e não tem açúcar, ela bate na vizinha da frente e pede açúcar. Se tu mora aqui nessa rua da rádio, tu vai pedir açúcar pro vizinho, o vizinho vai te mandar catar coquinho. [...]

Os dois concordam que o dinheiro impõe barreiras, arriscamos dizer que elas estão na origem das “muralhas da linguagem” de que fala Gianotti (2009). Uma muralha abstrata, a da linguagem, tem origem nos muros das grandes mansões:

Bruno – Acho que quanto mais dinheiro, mais o pessoal vai se fechando.

Alex – Acho que o mínimo que as pessoas deviam fazer é cumprimentar o seu vizinho. [...] Tá certo que tem um pessoal que obviamente moram nesses casarões porque trabalham muito para ter esses casarões, então nunca estão em casa [...] Mas podiam cumprimentar o vizinho, ser gentil com o vizinho. Várias vezes quando eu estudava aqui no Odila eu via os vizinhos, a casa um na frente de outro, passar cada um passar com o seu carro e não cumprimentar o outro. Eu acho isso muito chato.

Quando perguntados sobre sua participação nas reuniões da rádio, os dois percebem as muralhas da linguagem, e da instituição (materializada no livro de atas) nas reuniões da rádio, nas quais pouco se manifestam:

Alex – Algumas sim. Por exemplo tem a cada seis meses reunião de avaliação dos programas, quando tem reunião sobre balanço, sobre festas (quando tem os saraus). [...]

Ana – E vocês, nessas reuniões, falam bastante, participam, opinam?

Alex – Sim, a gente fala de acordo com o que a gente se envolve.

Bruno – É que assim, ó, o pessoal fala tão chique, tantas palavras, tantos argumentos, que a gente não se mete muito, né... E também a gente vai pedir para falar, e a mulher nos bate, porque tem que assinar no livro [ata] pra falar, é uma coisa meio estranha...[...] Tem que assinar uma ata e fazer acho que um juramento de sangue pra chegar tua vez (risos)

Alex – Nessas reuniões a gente fala mais sobre aquilo que a gente convive. [...]

Bruno – Mas se eles falam de outra coisa, que a gente não tem conhecimento, a gente fica quieto, que é a maioria das coisas [...]

Percebe-se, a partir dessas falas, que ainda há obstáculos a serem superados para que os dois jovens qualifiquem sua participação na rádio, que, por enquanto é restrita à feitura dos programas, ou seja, não é consciente.

5.1.1 Envolvimento com a rádio

No programa “Repórter Comunitário”, Bruno também atuava na técnica, já Alex ficava com a parte de locução e, de vez em quando, trazia alguma notícia, de um jornal ou apurada por ele mesmo.

Bruno se envolvia com o programa por querer ajudar a rádio, pois, como revelou durante a gravação do programa, diz não gostar de jornalismo.

Já Alexssandro enfrenta dificuldades de tempo e de saúde (ele tem problema de hipertensão), por isso não é toda a semana que tem condições de trazer matérias. Além disso, ele não acha que seu bairro seja uma “grande fonte de notícia”.

Até te falei, [a Cohab] não é uma grande fonte de notícia, não é como o negócio da poda da Terezinha lá, que o pessoal se mobilizou contra o corte de uma árvore, mas lá na Cohab se precisar o pessoal se junta e faz uma rebelião e queima tudo e deu.

Alexssandro não considera que a Cohab seja “exatamente uma fonte de notícia, só de notícias para o Balanço Geral”. O rapaz adotou a mesma visão que a mídia corporativa passa a respeito de sua comunidade: de que as únicas pautas possíveis de lá são as de tragédias, assaltos e mortes, muito embora, quando perguntado sobre que atividades costuma participar responda: “Olha, tem um monte de coisa”.

Alexssandro não costuma propor pautas, pois se considera mal informado em relação às outras pessoas a respeito do que acontece na sua comunidade.

Eu não sou uma pessoa muito influente na Cohab, não sei de tudo, algumas coisas eu sei de relance [...] 99% das matérias que eu levei até agora vocês me indicaram alguma coisa para fazer, como aquela do [fechamento do Instituto] Ronalzinho. [...] Que as outras coisas é um informe simples que eu acabo pegando do jornal, ou acabo ouvindo comentário, tipo aquele do assalto, que foi com uns amigos meus.

Alexssandro sempre mencionou como a pessoa ideal para ser o “Repórter Comunitário” da Cohab, João Henrique Rodrigues, líder comunitário, uma pessoa que estava envolvida na reativação da Associação de Moradores, corroborando a visão de que são as pessoas engajadas que fazem jornalismo comunitário (GOHN, 2004). Ele explicita isso quando perguntado acerca de como constrói as pautas para o programa:

[...] eu sou vizinho do Henrique, que é o cara que, digamos assim, dá pra dizer que ele é o síndico da Cohab, porque ele tá envolvido em tudo, aí eu ouço ele comentar, aí eu corro atrás do que eu ouço ele comentar e eu já monto alguma coisa [...]

Entre as coisas que existem na Cohab citadas por Alex está o esporte, que, conforme Rosembach (2006), constitui um dos assuntos a serem pautados pelo jornalismo comunitário:

Tem os campeonatos dali da Cohab mesmo de futebol, o pessoal gosta de se reunir para andar de Skate pela Cohab, tem a escola de samba lá da Cohab que tem ensaio direto, bom, aí dependendo do grupo de pessoas tem várias coisas.

Alex também menciona as festas que, com suas particularidades locais, são consideradas pautas pelos autores supracitados.

[...] tem as festas que o pessoal acaba fazendo. Geralmente quando chega a época do Natal todo o mundo enfeita todos os prédios, que os prédios na Cohab, eles tem quatro andares, aí todo o mundo se junta e faz um monte de enfeites: pega garrafas e faz árvores na frente dos blocos, no colégio também eles fazem isso. Ali na Cohab agora tem aparecido bastante bar com música [...]

Esse “monte de coisa” não é valorizado a ponto de ser pauta jornalística, na fala de Alex. “E tudo isso não é notícia, Alex?”, perguntamos. “Eu não consigo ver como notícia, porque acontece sempre, é tão normal”, responde ele.

Quando perguntado sobre os problemas da Cohab, ele só consegue ver o tráfico de drogas,

[...] lá na Cohab todo mundo se conhece, todo mundo se ajuda, todo mundo é bem unido, as coisas funcionam direito lá. Só essa questão

das drogas [...] Até porque há uns oito anos atrás, quando não tinha tanto esse esquema aí, a Cohab era ótima pra se morar: era calma, não tinha confusão que nem agora. Os prédios não eram tão pixados, não era tudo tão destruído, era um lugar bem calmo de se morar.

Isso comprova que a percepção de notícia difundida pela mídia é a que prevalece. O tráfico de drogas é um problema não da Cohab Cavahada, mas de vários bairros da cidade, como por exemplo o Moinhos de Vento (bairro de classe média alta). Dificilmente se um morador dali fosse inquirido sobre as possíveis notícias diria que o “Moinhos de Vento não é exatamente uma fonte de notícias”. Da mesma forma, há outras problemáticas concernentes ao direito à cidadania que estão na origem deste problema e não são abordadas pela mídia. Uma dessas problemáticas aparece na fala de Alexssandro: é a educação, mas ele não chega a mencioná-la como um problema da comunidade (parece que vê o fato de não ter paciência de terminar o colégio como uma característica sua, ou de um grupo com quem se identifica, mas que não é a maioria). Assim, Alex tampouco relaciona o déficit educacional ao tráfico de drogas.

É por isso que, com Paiva (2007) acreditamos que a história dos bairros de periferia precisa ser recontada a fim de que esses sujeitos possam ser incluídos de fato na sociedade. Só assim poderão se sentir dignos também de serem pauta jornalística (das rádios comunitárias, ao menos).

5.1.2 Concepções de rádio comunitária e comunidade

A inclusão desses sujeitos passa também passa pela cultura de massa, como indica a fala de Alexssandro. Quando perguntado se a rádio pode contribuir para formar uma comunidade, ele relata uma visita a uma outra rádio, e propõe mudanças para a Ipanema Comunitária.

[...] eu ouvi uma hora daquela rádio e me encantei. Poque lá funciona. Porque eu cheguei lá era meio dia. [...] desde que eu comecei a fazer as oficinas [...] todo lugar que eu vou eu boto em 87.9 pra ver se tem uma rádio comunitária [...] Eu liguei tava o cara lá, com a musiquinha no fundo: “Feliz aniversário, feliz aniversário”, dando parabéns aos moradores que faziam aniversário no dia. Aí dez minutos depois entra o cara da marcenaria e diz “vai ter um

churrasco, os três primeiros que ligarem pra marcenaria vão ganhar um concerto grátis de não-sei-o-quê”, aí tocou meia hora de música, aí depois já apareceu um outro cara fazendo um programa de Hip Hop. [...] Uma coisa que eu achei legal é que eles não fazem exatamente um intervalo comercial, mas eles separam alguns minutos só para os apoiadores, que eram muitos, aliás, por isso que eu gostei bastante. [...] Aí logo depois já veio um programa que tocava forró, outro que tocava um pouco de rock.

Bruno arremata dizendo que “onde o pessoal interage, onde o pessoal gosta de escutar a rádio, que é uma coisa boa, vai ter bastante apoiador, entendeu?”.

Alex faz outros questionamentos que vão de encontro à concepção da Ipanema Comunitária que, apesar de ter em seus princípios a comunicação dialógica, em relação à música fica devendo:

Se a rádio é Comunitária, por que que não pode ter coisas que a comunidade gosta? Se o povo gosta de ouvir o Michel Teló, qual é o problema de botar pelo menos uma hora de música? Desses vanerão, qual o problema de botar uma hora de pagode?

O problema é que Michel Teló é um cantor popular, que alcançou as paradas de sucesso com *hits* como “Ei, Puiu! Beijo Me Liga”, “Fugidinha”, “Ai se eu te pego”, e não estaria enquadrado no item “Contribuição Cultural”. Os dois também reclamam da falta de interatividade na rádio, é Alex quem expressa isso:

Imagina, a gente chega aqui no sábado e o telefone toca. Eu acho que as pessoas já se ligaram que no sábado tem alguém aqui na rádio. [...] E aí liga gente pra cá pra pedir música pros outros programas [...]

A maioria das rádios possuem trabalhadores voluntários, correndo o risco de serem processadas por questões trabalhistas. A Ipanema Comunitária não recorre a essa alternativa para não correr esse risco, conforme Doraci.

Pô, aquele dia o Evil Bel veio aqui na rádio e perguntou pro cara do bar [o bar fica no térreo do prédio onde a rádio se localiza], e o cara do bar não sabia onde era a rádio. A mulher do outro lado da rua achou que a rádio já tinha acabado. “Ai, *tinha* uma rádio aqui, agora não tem mais”.

Para Bruno e Alex, este é um problema da comunidade, que “não está entrosada com a rádio”, nas palavras de Bruno.

Os dois rapazes dizem gostar das matérias da Dona Terezinha, porque, no dizer do Alex “ela traz uns negócio que mostra que a comunidade ainda faz alguma coisa”.

[...] tipo aquela lá da pracinha, que o pessoal se mobilizou contra o corte da árvores, da poda (risos), eu acho muito legal. Lá na Cohab não tem isso. Os caras [prefeitura] queimam as árvores e fica por isso mesmo.

Alexssandro dificilmente trazia alguma matéria maior, como a sobre o fechamento do Instituto Ronalzinho, que deixou crianças sem atividades no turno inverso ao da escola. Geralmente trazia notas tiradas de jornais, ou produzia na hora algo sobre algum evento da rádio. O rapaz ainda não foi “fisgado” pelo “Repórter Comunitário”, pois está com os critérios de noticiabilidade da mídia hegemônica internalizados.

Da mesma forma, não consegue enxergar as lutas de sua comunidade, como por exemplo pela construção de um posto de saúde, conquistado através do Orçamento Participativo (OP).

5.2 DONA TEREZINHA

Tereza Gindri, conhecida como Dona Terezinha, tem 73 anos, nasceu em Porto Alegre, e mora em Ipanema há mais de 40 anos. Teve uma trajetória muito comum às mulheres de sua geração: casou-se, teve quatro filhos e, até seus filhos crescerem, era somente dona-de-casa. Esposa de militar, ela morou em Pelotas e em vários lugares de Porto Alegre. Depois que seus filhos cresceram, ela começou a se dedicar ao espiritismo e foi aí que, por tabela, acabou virando ativista. Ela conta que ouviu um espírito que a alertou para a problemática do meio ambiente:

[...] ele usava uns termos que eu não me lembro, e ouço o barulho da água que passava por aqui, “escuito” o barulho da água que passa por aqui. E aí ele meio que dizia assim: tem que cuidar, tem que preservar. Ele ia me aguçando esse lado. Aí um dia no Centro Espírita eu disse pra minha colega: “será que eu to muito preocupada, que esse espírito vem, de vez em quando ele me fala sobre a natureza? [...] ele tá me empurrando pra fazer alguma coisa e eu não sei como, como é que eu vou fazer!”. E ela fez assim: “Não

te preocupa, que a hora que tu tiver que se envolver vai aparecer e tu vai se envolver”.

Dona Terezinha conta que cerca de um ano depois encontrou o grupo que estava lutando contra o empreendimento da Maiojama na praia de Ipanema. Eles estavam coletando assinaturas para um abaixo-assinado contra a obra.

E aí eu fui me envolvendo com esse trabalho de abaixo-assinado, de ir para a Câmara, de discutir, panfletar, era eu, a Sandra [também fundadora da rádio] e uma turma [...] E terminou sendo encaminhado o processo pra Brasília, que já saiu e eles não poderão mais tapar o riacho [Espírito Santo], fazer uma rua em cima [...]

A partir daí começou a se envolver na AMBI (Associação de Moradores do Bairro de Ipanema) e não parou mais.

5.2.1 Práticas da repórter comunitária

O envolvimento com a militância acabou empurrando-a para a rádio, como ocorreu com a maioria dos fundadores da Ipanema Comunitária, que antes eram somente ativistas ambientalistas.

Antes do “Repórter Comunitário”, sua participação se dava somente Conselho Comunitário da rádio. Em realidade, a motivação inicial para entrar no programa foi agradar a amiga. Só depois que estava no programa que conseguiu entender sua importância e, em decorrência disso, a responsabilidade que a participação implicava.

a Ana [Barros, fundadora da rádio e coordenadora do programa] me convidou. Eu digo “Ana, não, eu não vou saber fazer isso aí”. “Não, não, tu tem tudo, tu tem conhecimento, é claro que tu pode fazer, tu tem todas condições”. E, no momento que eu fui eu não tinha ainda me tocado da responsabilidade que era, aí quando eu me toquei da responsabilidade, eu comecei a me questionar: “mas é uma responsabilidade, eu posso falar no ar alguma coisa que vá afetar a vida de alguém, e aí eu comecei a perceber que eu tinha que ter alguns cuidados com o que eu poderia falar no ar, e isso me deu uma preocupação enorme e de vez em quando dá uma vontade de sair. (risos)

As matérias são construídas com base em informações que ela recebe por email (dos contatos do ativismo), ouve no rádio ou observa caminhando no calçadão

de Ipanema. Por último, dona Terezinha esteve em busca do mais antigo morador de Ipanema, o senhor Centenário, um senhor de 102 anos. Na busca, usou a técnica de sempre, saiu a caminhar:

Foi na Igreja que eu colhi a informação: chamavam ele Senhor Centenário, e que ele havia morrido no ano passado. Aí fiquei decepcionada, porque a minha paixão era fazer uma entrevista com ele, porque segundo as pessoas, o pouco relato que eu tive das pessoas aqui, é que ele era uma pessoa extremamente tranquila, não se preocupava muito, não ficava muito alterado com nada, e tinha uma vida muito harmoniosa, e eu queria saber mais sobre a alimentação, e tudo mais que que ele trabalhou, que que ele fez, né, aí eu perdi. Mas isso aqui ainda está na minha pauta. Eu vou descobrir a filha dele que ainda mora por aqui [...]

De início, Dona Terezinha tinha medo do microfone, mas foi perdendo isso e se aperfeiçoando na locução. Entretanto, ela ainda mistifica o fazer radiofônico quando diz que "tem outras pessoas qualificadas para fazerem".

A etapa com que ela tem menos intimidade é a apuração:

[...] até que gravar não foi assim muito difícil, mas a questão de sair para rua e tu conversar com as pessoas, e tu saber o que colocar, fazer essa divisão, né, do que tu pode, do que tu não pode, isso me preocupa, né. E eu fico muito ansiosa, muito preocupada em ter, no dia, a notícia para levar. Isso às vezes me tira o sono, e eu to questionando muito esse lado aí de me tirar o sono.

Essa fala de dona Terezinha evidencia as limitações na formação do jornalista comunitário em relação às técnicas de apuração jornalísticas, que mencionamos anteriormente.

5.2.2 Concepções de rádio comunitária / comunidade

O futuro da rádio é visto com otimismo por Dona Terezinha:

Eu vejo muita importância, eu fico muito feliz da vida de saber que essa rádio demorou, foi pro ar, que o Doraci persistiu, com outras pessoas, né, que entraram depois e que estão atuando também. Mas no início quem fez entrar pro ar, tudo direitinho, legalizada, foi tudo um trabalho do Doraci, que eu admiro muito. E eu estou torcendo

que ela venha progredindo e possa se estabelecer e ficar uma potência por aqui. Estou torcendo por isso.

Percebe-se que ela enxerga a rádio como conquista de algumas pessoas, e não de um coletivo, reflexo de nossa cultura individualista.

Quando questionada acerca do conceito de comunidade, Dona Terezinha nos devolve a pergunta.

Comunidade é o bairro – eu to definindo assim, até nem sei se ta certo – é as pessoas que moram naquele bairro. Eu levo nesse sentido... talvez nem seja por aí. Agora tu fez eu pensar uma coisa que eu não havia pensado. Eu sempre falo comunidade, para mim é o meu bairro onde eu moro, o meu meio, o meu ambiente, onde eu estou morando. Talvez até não seria comunidade... Será que é, to questionando? Poderia ser as pessoas, o ser humano...

Respondo então que os teóricos dizem que é onde tem um vínculo entre as pessoas, e dona Terezinha concorda:

Ah bom, se é assim, que na verdade nós temos um vínculo entre as pessoas, ainda existe aquela coisa de tu caminhar no calçadão, tu encontrou na associação, no Centro Espírita, no armazém, no supermercado, conhecer alguém.. ainda existe essa coisa de tu caminhar, dizer “oi”, pára, conversa... é um vínculo que ainda existe, não é tanto assim, mas ainda tem.

Nota-se que há distintas percepções entre os participantes de comunidade. Dona Terezinha vê a comunidade como as pessoas (só menciona a questão do vínculo quando induzida). Já Alexssandro e Bruno vêem a solidariedade como condição *sine qua non* para que um lugar seja considerado comunidade.

5.2.2 A praça Paradiso Biachi – comunidade e pertencimento

A matéria sobre a praça da rua Paradiso Biachi veio a pretexto de uma pode indevida de árvores feita pela SMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente). O caso serviu de mote para Dona Terezinha contar a história (bonita) daquela praça: um verdadeiro exemplo de união da comunidade.

Os moradores – as crianças – que a haviam reivindicado na década de 70. Assim que a conquistaram, ela passou a sediar confraternizações nas festas de final

de ano e outras. Embora as festividades na praça não aconteçam mais, os moradores lutam – a sua maneira - para preservá-la.

A reportagem resgata, assim, o pertencimento de que fala Weber (1987), partilhando de uma ideia de comunidade que está localizada no passado, mas que, ao ser resgatada, revela um desejo de que volte em algum momento indeterminado.

O fato de Bruno e Alexssandro terem gostado da matéria traz um elemento novo: a valorização da vida comunitária pela juventude, um tema pouco explorado pela pesquisa nas ciências sociais e da comunicação, além de se contrapor ao senso comum, segundo o qual a juventude estaria cada vez mais individualista, se agrupando em tribos (grupos com um interesse específico).

Percebemos nessa pesquisa que o jornalismo comunitário atua também na aproximação das gerações através da valorização das ações da comunidade, constituindo um espaço alternativo às instâncias políticas tradicionais, hoje desacreditadas pela maioria das pessoas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo as pistas de Berger (2003), segundo a qual o campo do jornalismo está relacionado às condições de produção e à polifonia, podemos responder um dos questionamentos realizados no início da pesquisa acerca das diferenças entre o jornalismo comunitário e o praticado pelas grandes mídias, dizer que este último está intimamente ligado às entidades da comunidade (associações de moradores, escolas, etc.) e às condições de produção dos sujeitos-jornalistas comunitários, que englobam sua disponibilidade, escolaridade, consciência política.

Questionamo-nos também sobre os limites e possibilidades do jornalismo comunitário. Nesta pesquisa, percebemos que o jornalismo comunitário se diferencia por não ter um padrão discursivo autoritário vigente no discurso jornalístico “de mercado”, visto que qualquer pessoa inserida na comunidade pode produzir reportagens e as condições são mais flexíveis (para quem tiver como arcar com os custos de realização da reportagem, pelo menos). Percebemos que os veículos comunitários possuem condições de produção menos limitadoras, já que não devem satisfação a políticos ou empresas, que não “enquadre” a polifonia, ou que a enquadre de forma a possibilitar que todos tenham voz. Por outro lado, ao idealizar a comunicação comunitária, muitas vezes seus praticantes acabam rompendo definitivamente com a indústria cultural, fechando assim o canal de diálogo com a população e, conseqüentemente, criando empecilhos à participação na rádio.

Em relação à participação dos repórteres na construção da cidadania, percebe-se que Terezinha atua sobretudo no resgate do pertencimento, ao passo que Alex não achou ainda seu lugar no “Repórter Comunitário”. Antes de reivindicar direitos, é necessário recobrar a auto-estima dos indivíduos. Somente depois de se valorizarem, passarão a valorizar também a comunidade. Essa valorização incidirá na prática dos sujeitos, que acabarão incluindo as questões da comunidade na pauta jornalística.

Entre os dois repórteres cujas práticas foram analisadas, nenhum atingiu ainda o nível de participação-poder, entretanto, o jornalismo comunitário se mostra como poderosa ferramenta no avanço da cidadania na medida que faz com que uma

comunidade, ao contar ela mesma sua própria história, conheça a si mesma e passe a se valorizar.

Parece-nos que, no caso específico da rádio Ipanema Comunitária, os critérios para aceitação dos programas interferem no jornalismo na medida em que fazem com que certas camadas da população sequer escutem a rádio, já que não são contempladas pela mesma. Para transformar a realidade da comunicação, há que se dialogar com a mesma.

Acreditamos ter atingido nossos objetivos específicos: contamos parte da história da rádio Ipanema Comunitária, com seus princípios, lutas e limites; também contamos um pouco da história do programa “Repórter Comunitário”, sistematizando parte da experiência do Projeto de Extensão “Jornalismo Comunidade”; traçar o perfil de dois Repórteres Comunitários, identificar as diferenças teóricas e práticas entre o jornalismo comercial e o jornalismo comunitário. Ademais, esperamos que esse trabalho – que foi construído da junção do saber popular com o acadêmico - contribua na construção da cidadania não só na Rádio Ipanema Comunitária, mas em todo e qualquer veículo de comunicação comunitária.

De modo geral, enquanto a rádio comunitária não for reconhecida pelo Estado como política pública de comunicação – e de cultura -, o jornalismo comunitário continuará sendo uma atividade para privilegiados. Isso se evidencia no depoimento de Alexssandro, quando ele diz que não tem condições de trazer uma matéria editada, como Norma fazia. E enquanto não for privilegiada a formação política dos repórteres, esta prática tenderá a reproduzir a mídia hegemônica e os valores anti-democráticos da cultura brasileira.

REFERÊNCIAS

- BELTRÁN, Luis Ramiro. Adeus a Aristóteles: Comunicação Horizontal. **Comunicação&Sociedade**, São Paulo, n. 6, p. 5-35, set. 1981.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 2ª ed. 223 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. A pesquisa participante e a partilha do saber: Uma introdução. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (org.) Pesquisa participante – O Saber da Partilha. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.
- BRASIL. Lei n. 9.612, 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm> Acesso em 19/10/2011
- CASSOL, Daniel Barbosa. ROSEMBACH, Cildo José. O Jornalismo nas Rádios Comunitárias. Dissertação, UNISINOS, São Leopoldo, 2010. 159 p. Disponível em: http://bdtd.unisinos.br/tde_arquivos/6/TDE-2010-06-29T085415Z-1117/Publico/DanielCassolComunicacao.pdf Acesso em 15/08/2011.
- COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998. 226 p.
- DOWNING, John, D. H. **Mídia radical**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002.
- ENGEL, Doraci. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre: 18/10/2011.
- FERNANDES, Márcio Ronaldo Santos. **Civic journalism no Brasil: a construção de um plano de referência para um jornalismo público**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 5º, set. 2007, Braga, Portugal. *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 2008*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho) .
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001. 375 p.
- FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, R. ; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p.9-30.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 12ª ed. 93 p.

FREITAS, Viviane Belizário. O papel social do jornalismo comunitário: Um estudo do Jornal Cantareira. Monografia, Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, 2006 Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/freitas-viviane-papel-social-do-jornalismo-comunitario.pdf> Acesso em 13 /11/2011 novembro.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da Pirâmide Invertida:** Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987. 230 p.

GIANOTTI, Vito. **Muralhas da Linguagem.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 2ª ed. 181 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1995. 4 ed.

GINDRI, Tereza. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre: 18/10/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico** - CD, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 8/10/2011.

INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação. **Levante Sua Voz** [vídeo]. Disponível em:<http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&ask=view&id=5756>. Acesso em: 5/8/2011

JUNG, Milton. **Jornalismo no rádio.** São Paulo: Editora Contexto, 2004.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Sistematização das experiências: algumas apreciações. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (org.) Pesquisa participante – O Saber da Partilha. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

IPANEMA COMUNITÁRIA. **Quem somos.** Disponível em: <<http://ipanemacomunitaria.blogspot.com/2009/10/quem-somos.html>> Acesso em: 4/11/2011

MATTELART, Armand. **A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos.** In.:Intercom: Revista Brasileira de Ciência da Comunicação. V. 32. N.1. São Paulo, Janeiro/junho de 2009. P. 33-49. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ojs-2.3.1-2/index.php/revistaintercom/article/view/236/229> Acesso em 12/10/2011.

MAGALHÃES, Alexssandro Gonçalves; PIETROSKI, Bruno Grassi. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre: 21/10/2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo:** a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 1999.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o Diálogo Possível**. São Paulo: Ática, 1990. 2ª ed. 96p.

MELO, José Marques de Melo. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003. 239 p.

_____. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006. 277 p.

MORETZSOHN, Sylvia. O mito libertário do “jornalismo cidadão”. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, vol. 9-10, p. 63-81, 2006.

NUNES, Márcia Vidal. Mídia e eleições : o rádio como arma política. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, p. 196-228, jan/abr. 2002.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy; OLIVEIRA, Miguel Darcy. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 8ª ed.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel. **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Muad X, 2007.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 2ª ed.

_____. Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Muad X, 2007.

RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação). Disponível em:

<<http://donosdamidia.com.br/grupo/21409>> Acesso em: 4/11/2011

ROSEMBACH, Cíltio José. O Jornalismo nas Rádios Comunitárias. Tese, PUC-SP, São Paulo, 2006. Disponível em:

http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-03-20T09:30:39Z-2766/Publico/COS%20-%20Cilto%20Jose%20Rosembach.pdf Acesso em 24/09/2011.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão: informa ou deforma?** Brasília: Unesco/ IBICT, 2009. 258 p.

TAVARES, Elaine. **Jornalismo nas margens:** uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004. 45 p.

TÖNNIES, Ferdinand. Determinação geral dos conceitos principais. In: MIRANDA, Orlando de (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

ANEXO – Matéria de Tereza Gindri, sobre o exagero na poda das árvores da Praça Breno Puente Só, veiculada na 5ª edição do “Repórter Comunitário”, que foi ao ar na segunda semana de outubro de 2011.

Moradores da praça Breno Puente Só, na rua Paradiso Biacchi, no bairro Ipanema estão indignados com o exagero da poda das árvores na praça e a retirada dos galhos, bem como nove árvores que foram ceifadas sem dó nem piedade. Essas árvores foram plantadas e regadas carinhosamente com baldes de água para suportar o calor do verão. Muitas delas tinham 14 anos de idade. O jambolão não foi cortado antes, porque a moradora que plantou estava atenta sempre que percebia a chegada dos trabalhadores da poda, Cristina conversava com eles evitando a poda. No dia em que ela não estava em casa o jambolão foi cortado.

No fundo da praça havia uma bela árvore com enormes galhos onde as crianças subiam na árvore para brincar de esconder. Os seus galhos foram bem reduzidos pela poda da empresa especializada contratada pela SMAM, segundo a prefeitura municipal. Duas moradoras, não conformadas com a maneira da poda, já fizeram a denúncia para a prefeitura.

Em 1966, o local onde hoje está a praça hoje era um terreno cheio de mato e lixo, até que as crianças lideraram o primeiro movimento escrevendo uma carta ao prefeito pedindo que aquela área abandonada se transformasse numa praça. Elas conseguiram seu objetivo em 1970 através de uma parceria dos moradores com a prefeitura. Essas crianças estavam ao lado de seus pais quando os moradores resolveram plantar mais árvores e flores, e em 1978 os moradores passaram a eleger os prefeitos.

- Tu é morador daqui, tu teve toda tua infância na Praça Breno Puente Só, eu queria que tu relatasse como é que foi a tua infância aqui, junto com toda essa turma aqui da Paradiso Biacchi.

- Bom, meu nome é Paulo, eu moro aqui em Ipanema há 42 anos, 40 desses anos eu passei aqui na Paradiso Biacchi. Então eu acompanhei desde pequeno a construção da praça, que era só um canteiro, que não tinha nada, era só mato. E nesse canteiro nós jogávamos bola. A partir daí os moradores

se reuniram, pediram para o prefeito na época, se não me engano o Telmo (...), e foi construída a praça. Essa praça, ela sempre foi uma praça onde todos os moradores se reuniam nas festas, ano novo, natal, colocavam mesas, cada um trazia um prato, a gente comemorava junto São João. Tá meio abandonada, tá bem abandonada a praça, tá muito desleixada. Ela era pintada pela prefeitura, acho que faz mais de ano que a prefeitura não pinta, não dá uma conservação nos brinquedos...

Dona Terezinha - Nos balanços...

Paulo - Nos balanços. A quadra de esporte ta com raiz de árvores, tá baixando, as telas tão furadas... e é uma praça que ela é utilizada por várias pessoas da comunidade, não só os moradores da Paradiso. Aqui no entorno [tem] vários prédios, todo mundo usa a praça.

Dona Terezinha - Muitas das árvores e flores que tem aqui foram realmente plantadas pelos moradores, né?

Paulo - Sim, várias árvores. Acho que a maioria das árvores foram plantadas, que tem hoje na praça foram plantadas por moradores. A prefeitura, se não me engano, não plantou árvores. Ela plantou nas calçadas das ruas (...) Não na praça. (...)